

SC12438

**AFRICAN UNION**

**الاتحاد الأفريقي**



**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

---

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone: 517 700 Fax: 5130 36 website: [www. Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)

---

**CONSELHO EXECUTIVO**

**Vigésima Quarta Sessão Ordinária**

**20 – 24 de Junho de 2014**

**Malabo, GUINÉ EQUATORIAL**

**EX.CL/831(XXV)**

**Original: Inglês**

**RELATÓRIO DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA SOBRE A  
IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES ANTERIORES DO CONSELHO  
EXECUTIVO E DA CONFERÊNCIA**

## **RELATÓRIO DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES ANTERIORES DO CONSELHO EXECUTIVO E DA CONFERÊNCIA**

### **I. INTRODUÇÃO**

1. O presente relatório é submetido em conformidade com a Decisão [Assembly/AU/Dec.318 (XV)], adoptada pela 15ª Sessão Ordinária da Conferência realizada em Kampala, Uganda em Julho de 2010 e em linha com as Conclusões do Retiro do Comité dos Representantes Permanentes (CRP) e da Comissão da União Africana, realizado de 31 de Março a 2 de Abril de 2011 em Nazareth, Etiópia, o qual solicita a Comissão a apresentar um relatório sobre a implementação das anteriores Decisões do Conselho Executivo e da Conferência, descrevendo as acções tomadas e os desafios enfrentados. O período de prestação do relatório vai desde a Cimeira de Janeiro de 2013 até a Cimeira de Janeiro de 2014, realizadas em Adis Ababa. O número total de decisões incluídas no relatório da Comissão é de sessenta e dois (62) das quais tinta e seis (36) são do Conselho Executivo e vinte e seis (26) são da Conferência.

2. Nas várias Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Especiais, o Conselho Executivo e a Conferência da União Africana, adoptaram várias decisões, declarações e resoluções na conclusão das suas deliberações que constituem a autoridade jurídica da Comissão, dos Estados-membros e dos outros Órgãos da União Africana, a fim de levar a cabo acções necessárias para o desenvolvimento e processo de integração do Continente. Muitas destas acções e actividades foram realizadas em colaboração com os Estados-membros, os outros Órgãos da UA, intervenientes e parceiros tais como as Comunidades Económicas Regionais (CER), sob a forma de reuniões de consulta e coordenação que visavam a harmonização de acções e pontos de vista que iriam, por sua vez, facilitar a adopção de posições comuns e decisões pelos Órgãos Deliberativos da União Africana.

3. As actividades realizadas durante o período em análise variam de assuntos jurídicos, administrativos, financeiros, políticos e de paz e segurança para assuntos económicos, sociais, científicos e culturais e abrangem várias matérias e questões importantes de interesse para os Estados-membros e para o continente em geral. Ademais, o discurso da Presidente da Comissão da União Africana durante a sessão de abertura do Conselho Executivo e da Conferência faz referência ao leque de acções levadas a cabo durante os últimos dose meses, com vista a implementar as decisões do Conselho Executivo e da Conferência.

4. Durante a preparação deste relatório, a Comissão da União Africana envidou esforços no sentido de evitar duplicação, tanto quanto possível, especialmente onde foram submetidos relatórios separados para a análise no contexto dos Pontos de Agenda das presentes Sessões do Conselho Executivo e da Conferência.

5. O relatório realça ainda o nível de implementação, indicando claramente as decisões que foram total ou parcialmente implementadas e não implementadas. Uma análise minuciosa desta secção do relatório revela que das sessenta e dois (62)

decisões em análise, catorze (14) foram totalmente implementadas, representando 22,22%; quarenta e dois (42) foram parcialmente implementadas, o que representa 66,67.% e seis (6), não foram implementadas, representando 9,52%. De igual modo, explicou-se na coluna referente aos “constrangimentos”, as razões para a implementação parcial ou para a não implementação das decisões.

## **II. Observações Gerais**

### **a) Elaboração de Relatórios Abrangentes**

6. É importante notar que o relatório abrange apenas as decisões para as quais espera-se que a Comissão realize acções. As decisões relativas aos outros Órgãos tais como o Tribunal, PAP etc. estão incluídas no relatório de actividades destes Órgãos. Tentou-se por várias vezes no passado obter contribuições dos Estados-membros ao relatório, através de uma Matriz semelhante para as decisões a serem implementadas pelos Estados-membros, mas a resposta foi bastante fraca, com apenas um ou dois países que apresentaram os seus relatórios. Cerca de 80% das decisões tomadas pelos Órgãos Deliberativos devem ser implementadas pelos Estados-membros. Portanto, é importante que os países apresentem relatório sobre estas decisões. Entretanto, há necessidade de reflectir sobre o mecanismo de apresentação do relatório que iria facilitar a elaboração de um relatório abrangente (Comissão, outros Órgãos, Estados-membros). Actualmente, o referido mecanismo não existe.

### **b) Balanço sobre as decisões**

7. Uma outra observação importante é que desde a criação da UA e da OUA que precedeu a UA, ainda não houve uma oportunidade para proceder à avaliação das decisões. Como tal, as decisões continuam a acumular-se de ano para ano, sem uma avaliação geral da sua implementação. Portanto, é necessário fazer um balanço das decisões tomadas até aqui, usando um ponto de referência acordado se, por razões práticas, não for possível recuar até à criação da OUA.

### **c) Número de decisões**

8. A opinião geral é de que as agendas das Cimeiras dos Órgãos Deliberativos são longas e poderiam ser reduzidas através da racionalização dos pontos de agenda que são a fonte dos projectos de decisão. Usando os últimos três anos como referência, em média, são tomadas 30 decisões pelo Conselho Executivo e 26 decisões pela Conferência, em todas as Sessões. O número de decisões é analisado com optimismo e levanta a questão pertinente da capacidade das entidades responsáveis pela implementação para a sua realização.

## **III. Constrangimentos na implementação das decisões**

9. O relatório identifica os seguintes factores, como sendo os constrangimentos que impedem a implementação das decisões dos Órgãos Deliberativos da UA:

- (i) Falta de financiamento: algumas das decisões não foram implementadas devido à falta de financiamento. Um exemplo aqui apresentado é a decisão intitulada Assembly/AU/Dec.496(XXII) sobre a adopção e implementação da Estratégia Marítima Integrada de África para 2050, onde a Comissão foi solicitada a facilitar a criação da Força Especial Estratégica a fim de preparar os detalhes técnicos visando a implementação atempada da Estratégia Marítima Integrada de África para 2050. Não foi alocado orçamento quando a decisão foi tomada;
- (ii) Recepção tardia de fundos: mesmo nos casos onde os fundos são disponibilizados, às vezes os mesmos são recebidos tardiamente, o que causa atraso na realização das actividades planificadas;
- (iii) Complexidade de alguns processos de consulta, conforme foi evidenciado pelos desafios na implementação da decisão designada por Decision EX.CL/Dec.766(XXII), sobre o Projecto de Protocolo relativo à alteração dos Estatutos do Tribunal Africano da Justiça e dos Direitos Humanos – Demora devido à dificuldade em chegar a um acordo sobre a definição de mudanças inconstitucionais de governo.

#### **IV. Recomendações e rumo a seguir:**

10. As recomendações estão relacionadas com as observações gerais e os constrangimentos.

- (i) Deve-se garantir a devida segurança a todos os níveis das implicações financeiras, jurídicas e materiais antes da adopção de qualquer decisão. O projecto de decisões que não indica claramente o custo estimado e a fonte de financiamento devem ser rejeitados;
- (ii) Para os pontos de agenda propostos pelos Estados-membros, deve ser obrigatório para os Estados-membros articular com a Comissão para prever as implicações jurídicas, técnicas e financeiras e para evitar a duplicação em relação todas as decisões existentes, antes da submissão do ponto para a inclusão na agenda do Conselho Executivo;
- (iii) Os fundos devem ser disponibilizados atempadamente onde a fonte de financiamento tiver sido identificada, a fim de facilitar a implementação;
- (iv) Pode-se encomendar um estudo para fazer um balanço das decisões tomadas durante as últimas décadas (a partir de Janeiro de 2004), com vista a determinar o estado de implementação das referidas decisões e recomendações adequadas relativas às decisões que não foram totalmente implementadas;
- (v) Deve-se determinar um prazo para consulta a fim de evitar atrasos prolongados no alcance de consenso;

- (vi) Os Estados-membros devem envidar esforços no sentido de providenciar atempadamente as suas contribuições ao relatório sobre a implementação das anteriores decisões, para facilitar a elaboração de um relatório consolidado;
- (vii) Deve-se desenvolver um quadro abrangente relativo à monitorização, avaliação e apresentação de relatório sobre a implementação das decisões tomadas pelos Órgãos Deliberativos da UA;
- (viii) Deve-se exercer um escrutínio mais aprofundado a todos os níveis no processo de elaboração das agendas do Conselho Executivo e da Conferência, de modo que a Cimeira de Junho/Julho seja dedicada às questões de integração e desenvolvimento, de acordo com as cláusulas da decisão da Conferência - Decision Assembly (**Assembly/AU/Dec.456(XX) – Decisão da Conferência da União Africana sobre Questões de Desenvolvimento e Integração**) que “**DECIDE** dedicar as suas sessões de Junho/Julho para a análise das questões de desenvolvimento e integração”. Isto pode, igualmente, contribuir para a redução do número de relatórios e, conseqüentemente, o número de decisões tomadas com base nesses relatórios.

RELATÓRIO DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES ANTERIORES  
DO CONSELHO EXECUTIVO E DA CONFERÊNCIA

A. Decisões do Conselho Executivo

| Nº | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR  | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|----|---|---|---|---|--|-------|--|
| 1º | EX.CL/Dec.727(XXII)<br><b>Decisão sobre a Revisão dos Salários e Subsídios dos Funcionários Eleitos e Funcionários da União</b> | <b>SOLICITA</b> à Comissão a preparar uma Política Global de Salários e Subsídios, o mais tardar até Setembro de 2013, que será a base para as revisões futuras, tomando em consideração o desempenho da Organização e a avaliação de cada funcionário. | O estudo de revisão dos salários e benefícios dos Funcionários Eleitos, Profissionais e Pessoal de Apoio foi realizado pelo Grupo Birches. A revisão englobou uma vasta gama de referências de mercado e apresentou dados sobre a actual posição da política de indemnização da UA. As constatações deste estudo levaram a uma série de recomendações, tomando em conta a decisão do Conselho Executivo que visa prosseguir com a criação de um quadro de política para orientar a reestruturação e a revisão das indemnizações na UA. O relatório foi apresentado pelo consultor ao Subcomité de Assuntos Administrativos e Financeiros. | Após a apresentação, não foi tomada nenhuma decisão pelos membros do subcomité. | Será organizada brevemente uma outra reunião para debater profundamente as recomendações | AHRM  | Implementada parcialmente  |
| 2º | EX.CL/Dec 729XXII)  | <b>SOLICITA</b> à Comissão a  | A auditoria foi realizada   |   | Organizar uma  | AHRM/ | Implementada   |

| Nº | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR  | RESP.                      | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|----|--|---|--|---|--|----------------------------|--|
|    | <b>Decisão sobre o Projecto de Construção/Renovação do Escritório da UA em Washington DC</b>                         | proceder a uma auditoria da aquisição do edifício para os Escritórios da UA de Washington DC, com vista a apurar responsabilidades e responsabilizar aqueles que não tenham cumprido com as suas obrigações, antes da próxima Sessão do Conselho Executivo em Maio de 2013. | pelo Conselho de Auditores e o relatório foi apresentado aos órgãos responsáveis pela formulação de políticas. As recomendações da auditoria sobre a agilização das obras de reabilitação foram implementadas. A reabilitação do edifício, que incluiu uma reabilitação total do tecto foi concluída dentro do orçamento aprovado. O Escritório de Washington está a funcionar no edifício reabilitado desde finais de Dezembro. |   | cerimónia de inauguração para a direcção da CUA e o CRP                                  | Aprovisionamento/Auditoria | totalmente   |
| 3º | <b>EX.CL/Dec.732(XXII) Decisão sobre a Criação de um Subcomité de Assuntos de Auditoria e seus Termos Referência</b> | <b>SOLICITA</b> à Comissão a tomar as medidas necessárias no sentido de facilitar o lançamento e entrada em funcionamento do Subcomité de Assuntos de Auditoria.  | Os dois comités de auditoria, o Comité de Actividades de Auditoria Interna e o Subcomité do CRP de Assuntos de Auditoria foram lançados em Março e Maio de 2013, respectivamente e estão a funcionar.  |   |  | Auditoria Interna          | Implementada totalmente  |
| 4º | <b>EX.CL/Dec 735(XXII) Decisão sobre a Revisão do Processo de Eleição dos Membros da Comissão</b>                    | <b>SOLICITA</b> à Comissão a rever, em consulta com o CRP, o Regulamento Interno dos Órgãos Deliberativos da União, tendo em conta a importância da maioria qualificada de dois terços (2/3) para o funcionamento equilibrado   | A Comissão tem solicitado contribuições dos Estados-membros e dos peritos depois das quais será preparado um documento que indica as lacunas e os  | Muito poucos Estados-membros e peritos responderam à solicitação para submeter propostas para alterações ao Regulamento Interno | Devido à importância da actividade, os Estados-membros e outros peritos devem participar | OLC                        | Implementada parcialmente  |

| Nº | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR  | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|----|--|--|--|------------------|--|-------|--|
|    |  | dos Órgãos da UA.  | desafios para a análise do CRP                           |                  | totalmente na actividade. Portanto, há necessidade de mais tempo na solicitação dos pontos de vista. As propostas de emendas serão submetidas aos órgãos deliberativos em Janeiro de 2015. |       |  |
| 5ª | <b>EX.CL/Dec 737(XXII) Decisão sobre o Relatório da Comissão relativa à Implementação das Anteriores Decisões do Conselho Executivo e da Conferência</b> | <b>DECIDE</b> que seja realizado um Retiro em Março de 2013, entre a Comissão e o CRP para analisar todas as questões pertinentes, incluindo o Projecto do Plano Estratégico e a Agenda Estratégica de Toda a África, o Tema do ano “Pan-africanismo e Renascimento Africano”, modalidades para a implementação das Decisões e apresentar recomendações adequadas e o caminho a seguir, incluindo a proposta de revisão da Modalidade. | O Retiro foi realizado nos dias 14 e 15 de Abril de 2014 |                  |  | OSGC  | Implementada totalmente  |



| Nº | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS   | RUMO A SEGUIR   | RESP.           | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada)   |
|----|---|---|---|--|---|-----------------|--|
| 6ª | EX.CL/Dec.739(XXII) <b>Decisão sobre o Relatório da Quarta Sessão Ordinária da Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (CITMC-4)</b> | <p><b>SOLICITA</b> à Comissão a:</p> <p>i) Apresentar o projecto de Convenção aprovado pela Quarta Conferência Ministerial dos Ministros da UA Responsáveis pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (CITMC-4), Cartum 2012, para a reunião dos Ministros da UA responsáveis pela Justiça, para a sua conclusão e submissão para aprovação na próxima sessão ordinária da Conferência da União Africana;</p> <p>ii) Coordenar com o Sector de Ciência e Tecnologia para implementar as recomendações do estudo de viabilidade sobre a Agência Espacial Africana (Afri-Space) e elaborar uma política espacial para o Continente, tomando em conta as aplicações de teledeteção e processamento de imagens de satélite;</p> <p>iii) Desenvolver um Quadro Estratégico actualizado, integrado e coerente de Tecnologias de Informação e Comunicação da UA para</p> | <p>A Convenção da UA sobre a Ciber-segurança e a protecção de dados pessoais foi aprovada pelo CTE de Assuntos Jurídicos e será apresentada para a Cimeira de Malabo em Junho.</p> <p>A coordenação está em curso entre DIE, HRST e os respectivos departamentos para preparar a estrutura de governação da Agência Espacial ligada aos CTE, para aprovação.</p> <p>O primeiro projecto do documento da estratégia foi aprovado a nível técnico. Está planificado um workshop de validação com as CER em Maio.</p> <p>O Projecto da Política Espacial de África foi analisado e apresentado pela sessão extraordinária da AMCOST em Abril de 2014</p> | <p>Falta de orçamento para a harmonização da tradução e revisão do processo de elaboração.</p> | <p>Depois da Cimeira de Junho em Malabo, iniciar o processo de ratificação e aplicação da convenção a nível local</p> <p>O documento concluído será apresentado à próxima Conferência do CTE (CITMC5) em 2014 e posteriormente aos Órgãos da UA.</p> <p>Apresentação da Política Espacial e da Estratégia para análise pelo respectivo Órgão Deliberativo da UA</p> | <p>DIE/HRST</p> | <p>40% da decisão foi cumprida</p> <p>Concluído em 60%</p> <p>Concluída em 70%</p> |

| Nº | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS   | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|----|--|--|---|--|---|-------|--|
|    |  | <p>África, em colaboração com a Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD (NPCA), Comunidades Económicas Regionais (CER), Instituições Especializadas (IE), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), tomando em conta os quadros existentes de todos os intervenientes africanos na área de Tecnologias de Informação e Comunicação.</p> |   |  |   |       |  |
| 7* | <p><b>EX.CL/Dec.740(XXII) Decisão sobre o Relatório da Segunda Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pelo Registo Civil e Estatísticas Vitais</b></p> | <p><b>SOLICITA</b> à Comissão, em colaboração com a Comissão Económica para África (CEA), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e parceiros a capacitar os Estados-membros no sentido de facilitar o fortalecimento dos sistemas de Registo Civil e Estatísticas Vitais em África.</p>   | <p>A CUA, em colaboração com UNECA e BAD, preparou uma Avaliação do Sistema Nacional de Registo Civil para todos os países africanos. A 8ª reunião de ASSD foi realizada no Botswana para debater questões de governação e promoção de CRVS em África, de 17 a 22 de Fevereiro de 2014.</p> | <p>Falta de recursos financeiros para patrocinar os representantes dos Estados-membros (Oficiais dos Gabinetes Nacionais de Estatísticas e de Registo Civil), tradução, interpretação, etc. O custo estimado é de 150.000 \$EU. Os parceiros estão a patrocinar a participação dos ministros e dos peritos. O país anfitrião está a cobrir a componente de logística e as participações da CUA e da CEA.</p> | <p>A CUA, em colaboração com CEA, BAD, OMS, UNICEF, ACNUR irá organizar a Terceira Conferência dos Ministros responsáveis pelo Registo Civil e Estatísticas Vitais em Abidjan, de 13 a 17 de Outubro de 2014.</p> | DEA   | Implementada parcialmente  |

| Nº | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada)                          |
|----|---|---|---|------------------|---------------|-------|---|
|    |   |   |   |                  |               |       |   |
| 8º | <b>EX.CL/Dec.742(XXII)</b><br><b>Decisão sobre a Quarta Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pela Juventude</b> | <b>SOLICITA</b> à Comissão e todos os intervenientes relevantes a acelerarem a implementação da Decisão de Malabo sobre a Capacitação da Juventude,<br><br><b>EXORTA</b> à Comissão a acelerar a criação de um Fundo Especial para os programas de Desenvolvimento da Juventude e implementação das Decisões. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Uma iniciativa conjunta pela CUA, BAD, OIT e CEA foi lançada para acelerar a criação de emprego para os jovens no continente;</li> <li>- Comunicação com os Estados-membros através da COMY IV dos Ministros e parceiros sobre a necessidade do fundo e realização de um Estudo de Viabilidade. O respectivo relatório está disponível.</li> <li>- Foi elaborada uma estratégia continental para a harmonização da Educação Técnica e Formação Profissional (TVET) com base na estratégia pré-existente de 2007</li> </ul> <p>A estratégia de TVET está actualmente em revisão</p> |                  |               | HRST  | A decisão foi implementada parcialmente.<br><br>A implementação desta decisão é um processo a longo prazo |

| Nº | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada)  |
|----|--|---|---|---|---|-------|---|
|    |  |   | <p>para harmonizá-la com as necessidades de competências e os novos desenvolvimentos de TVET e as áreas relevantes de enfoque.</p> <p>A Estratégia da EFTP foi adoptada pelos Ministros da Educação durante a sessão da COMEDAF VI, realizada em Abril de 2014, em Yaoundé</p>  |   |   |       |   |
| 9º | <p><b>EX.CL/Dec.743(XXII) Decisão sobre o Relatório da Quinta Sessão da Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pelo Controlo de Drogas</b></p> | <p><b>APROVA</b> a adopção do seguinte:</p> <p>i) O Plano de Acção Revisto da UA sobre o Controlo de Drogas (2013-2017) como o quadro para estimular a cooperação nacional, regional e internacional para combater o problema de drogas no continente e <b>SOLICITA</b> à Comissão da UA a realizar uma revisão intercalar da sua implementação em 2015.</p> <p>ii) A Posição Comum Africana sobre Substâncias Controladas e o Acesso aos Medicamentos de Gestão da Dor, e <b>SOLICITA</b> à Comissão da UA a levar a Posição Comum à atenção dos</p> | <p>i) Plano de Acção da UA sobre as duas consultas dos peritos continentais para melhorar e aumentar a prevenção da dependência de drogas baseada na evidência e os serviços de tratamento realizada em Fevereiro de 2013 e Abril de 2014.</p> <p>Reunião/formação a nível continental para os pontos focais nacionais para a redução do fornecimento de drogas realizada para desenvolver e melhorar as respostas ao combate ao tráfico de drogas e desafios relacionados com a segurança humana; desenvolver um quadro de</p> | <p>O pessoal do Secretariado de Programas financiado pelo orçamento do programa para apresentar os desafios administrativos</p> <p>Alocação inadequada do orçamento do programa para implementar de forma significativa e integrada o Plano de Acção.</p> | <p>A componente de pessoal deve ser transferida para o orçamento operacional</p> <p>Reconsiderar a alocação acrescida do programa correspondente às actividades que devem ser realizadas.</p> | DSA   | <p>A implementação está planificada para um período de 5 anos.</p> <p>Implementado em 30% até à data.</p> <p>ii) Implementada totalmente (100%)</p> |

| Nº | DECISÃO Nº. | ACÇÃO NECESSÁRIA    | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|----|-------------|---------------------|--|------------------|---------------|-------|--|
|    |             | Ministros da Saúde. | <p>monitorização e prestação anual de relatórios padrão a nível continental sobre o controlo de drogas pelos Estados-membros.</p> <p>Realização de uma avaliação detalhada dos desafios socioeconómicos e de segurança de tráfico de drogas e crime organizado em África, com enfoque para a África Ocidental e o Sahel.</p> <p>Rede de pontos focais nacionais nos Estados-membros criada, formada e funcional, enquanto ao nível das Comunidades Económicas Regionais, o ponto focal de combate à droga da CEDEAO está a funcionar em coordenação com o DSA.</p> <p>Advocacia contínua para o Plano de Acção revisto; incluindo reuniões anuais da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas (CND) e os Chefes das Agências Nacionais Contra drogas (HONLEA)</p> |                  |               |       |  |

| Nº  | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR  | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|-----|--|--|--|---|--|-------|--|
|     |  |  | (ii) A Posição Comum foi analisada e aprovada para implementação pela 6ª Sessão da Conferência da UA dos Ministros da Saúde em Abril de 2013;  |   |  |       |  |
| 10ª | <b>EX.CL/Dec.744(XXII) Decisão sobre o Relatório da Segunda Sessão da Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pela Meteorologia (AMCOMET)</b> | <b>SOLICITA</b> à Comissão, em colaboração com a Organização Mundial de Meteorologia (OMM) e os parceiros, a tomar todas as medidas necessárias para criar um centro regional de estudo do clima na África Central | (I) O Secretariado da AMCOMET envolveu um Consultor para realizar um estudo de viabilidade para a criação de um Centro Regional de Clima (RCC) na África Central.<br><br>(II) As constatações preliminares apresentadas durante a reunião de Peritos/Partes Interessadas realizada em Fevereiro de 2014 na Sede da UA, indicam que o Consultor iniciou o projecto de estudo de viabilidade, incluindo a gestão, funções e as potenciais estruturas do RCC e os requisitos necessários para criar o referido centro na África Central.<br><br>(III) Contudo, as visitas às várias instituições na região para propor o RCC foram afectadas pela | As visitas às várias instituições na região para propor o RCC foram prejudicadas pela situação de paz e segurança nalguns países. | O Consultor foi aconselhado a alargar as consultas logo que a situação permitir. | DREA  | Implementada parcialmente (30%)  |

| Nº  | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS   | RUMO A SEGUIR  | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada)  |
|-----|---|---|--|--|--|-------|---|
|     |   | Solicita igualmente à Comissão, em colaboração com os parceiros, a apoiar e facilitar a implementação desta Decisão.  | <p>situação de paz e segurança nalguns países, em particular na República Centro Africana.</p> <p>O projecto do plano de implementação para a Estratégia Integrada de Meteorologia foi elaborado e validado ao nível das CER.</p> <p>O Projecto da Estratégia para o Programa Espacial Regional Africano foi desenvolvido por HRST em colaboração com DREA e AMCOMET.</p>                  |  |  |       | <p>Implementada parcialmente (80%).<br/>Aguarda a validação na SADC.</p> <p>Implementada parcialmente (40%)</p>   |
| 11* | <b>EX.CL/DEC.745(XXII) Decisão sobre o Relatório da Quarta Sessão da Conferência da União Africana dos Ministros da Cultura</b> | <p>APROVA as recomendações da CAMC4 e, em particular, as seguintes:</p> <p>i) GERIR DE FORMA PROACTIVA o processo de ratificação e implementação da Carta para o Renascimento Cultural Africano, a fim de garantir a rápida entrada em vigor da Carta pela CAMC5 em 2014;</p> <p>ii) Monitorizar a implementação pelos Estados-membros do Compromisso para a Acção de Combate às Práticas Tradicionais Nocivas;</p> | <p>l) Campanha para o Renascimento Cultural Africano para os Estados-membros da África Central realizada em Agosto de 2013; Campanha para o Renascimento Cultural Africano para a República da Libéria realizada em Dezembro de 2013; Campanha para o Renascimento Cultural Africano para O Gana realizada em Março de 2014; Outros dois (2) Estados-membros subscreveram à Carta para</p> | <p>O processo de ratificação da Carta para o Renascimento Cultural Africano ainda é lento;</p> <p>Falta de financiamento adequado para permitir a implementação da Campanha de Património Cultural Africano;</p> <p>As respostas relativas à elaboração de relatórios pelos Estados-membros da UA sobre as acções para combater HTP ainda são muito limitadas;</p> | <p>Advocacia contínua e sensibilização para a ratificação da Carta para o Renascimento Cultural Africano; a Campanha Planificada visa a Região Norte de África e o desenvolvimento de campanhas nacionais.</p> <p>Disseminação da Ferramenta de Monitorização de</p> | DSA   | <p>Parcialmente implementada. Dois (2) Estados-membros assinaram a Carta e desde Outubro de 2012 nenhum Estado-membro ratificou a carta.</p> <p>Implementada parcialmente</p> |

| Nº | DECISÃO Nº. | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR  | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|----|-------------|---|--|---|--|-------|--|
|    |             | <p>iii) Documento sobre a Posição Africana relativo à implementação da Convenção do Património Mundial a ser submetido ao Comité de Património Mundial da UNESCO;</p> <p>iv) O Quadro de Acção do Terceiro Congresso Cultural Pan-Africano (PACC3) e SOLICITA à Comissão da UA a apresentar o Quadro ao Conselho Económico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas, para facilitar ainda a sua implementação.</p> | <p>o Renascimento Cultural Africano (Moçambique e Zimbabwe):</p> <p>ii) Desenvolvimento da ferramenta de monitorização para monitorizar a implementação do Compromisso para a Acção de Combate às Práticas Tradicionais Nocivas;</p> <p>iii) Documento sobre a Posição Africana submetido ao Comité de Património Mundial; Estados-membros da UA sensibilizados para contribuírem para o Fundo Africano de Património Mundial (AWHF) para a preservação e conservação de Lugares de Património Africano;</p> <p>iv) Quadro de Acção do PACC3 apresentado aos Estados-membros e pedido de agilização da sua implementação</p> | <p>As contribuições para o Fundo de Capacitação de AWHF ainda são muito poucas;</p> | <p>HTP; Solicitação aos Estados-membros para apresentarem relatórios sobre as acções nacionais de combate ao HTP;</p> <p>Workshops Regionais para a disseminação da ferramenta de monitorização</p> <p>Advocacia contínua aos Estados-membros para contribuírem para o AWHF;</p> <p>Solicitação aos Estados-membros para apresentarem relatórios sobre pontos específicos do Quadro de PACC3 para Acção. Por exemplo, desenvolvimento de um sistema nacional de estatísticas</p> |       | <p>Implementada parcialmente</p>   |



| Nº  | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS   | RUMO A SEGUIR   | RESP.                  | Nível de implementação:<br>(Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|-----|---|--|---|--|---|------------------------|---|
|     |   |  |   |  | culturais; promoção de indústrias culturais e criativas e identificação de necessidades prioritárias de capacitação nas estatísticas culturais, etc.  |                        |   |
| 12* | <b>EX.CL/Dec.747(XXII) Decisão sobre o Conselho Africano de Investigação e Inovação</b>   | <b>SOLICITA</b> à Comissão a criar uma unidade pequena nas estruturas existentes e mobilize recursos para a implementação da Decisão da Conferência  | O Estatuto da ASRIC foi adoptado pelos Ministros durante a sessão extraordinária da AMCOST, em Abril de 2014  | Implementação de ASRIC.  | Institucionalizar ASRIC no âmbito de STRC da UA em Abuja  | HRST                   | Implementada parcialmente em 40%, até à data                                      |
| 13* | <b>EX.CL/Dec.748(XXII) Decisão sobre a Segunda Sessão Ordinária da Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pela Energia (CEMA)</b> | <b>SOLICITA</b> à Comissão da União Africano a tomar todas as medidas necessárias, em colaboração com os Estados-Membros, Comunidades Económicas Regionais, instituições especializadas e outras partes interessadas, a acelerar a implementação das Resoluções.<br><br>(i) Iniciativa Energia Sustentável para Todos (SE4ALL) | <b>SE4ALL</b> – foram preparados e validados ao nível dos peritos, relativos ao seguinte:<br><br>• Directrizes do Plano de Acção Africano de SE4ALL<br>• Quadro de Carvão Sustentável<br>• Soluções Descentralizadas de Energia<br><br>Um centro designado por <i>SE4ALL Africa Hub</i> foi criado em Maio de 2013 e acolhido pelo BAD. | Falta de compromisso por parte da UNECA<br><br>Participação limitada da direcção | Lançamento para efeitos de publicação do Quadro de Política Africana e Directrizes sobre Bioenergia.<br><br>Organização de um workshop para a questão da integração do género no Quadro de Política Africana e Directrizes sobre Bioenergia | DIE<br><br>DIE e UNECA | Implementada em 50 %  |

| Nº | DECISÃO Nº. | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR  | RESP. | Nível de implementação:<br>(Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|----|-------------|--|--|------------------|--|-------|---|
|    |             | <p>(ii) Quadro e Directrizes Bioenergia de África</p> <p>(iii) Sistema de Informação e Base de Dados sobre Energia</p> | <p>O Departamento participou nas actividades e nos workshops de SE4ALL e os resultados destas actividades foram apresentados à reunião da Mesa da CEMA em Fevereiro de 2014 em Adis Abeba.</p> <p>Foi organizado um workshop sobre bioenergia para integrar o quadro de política e as directrizes sobre bioenergia em Nairobi, Quénia, de 16 a 18 de Setembro de 2013 em colaboração com a UNECA</p> <p>O Plano de Acção de Bioenergia e o rumo a seguir sobre a implementação da resolução sobre a bioenergia foram analisados pela Mesa da CEMA dos Ministros da Energia em Fevereiro de 2014 em Adis Abeba;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A Base de Dados sobre a Energia e o sistema de informação foram lançados e o <i>website</i></li> </ul> |                  | <p>Participação na Cimeira sobre Infra-estruturas da WEF, de 7 a 9 de Maio de 2014 em Abuja, Conferência Anual de ICA em 2014; Evento do PIDA para TUSKON, Turquia; Cimeira sobre Financiamento de Dakar para as Infra-estruturas de África 14 a 15 de Junho de 2014 Dakar, Senegal. Apresentação do relatório de implementação para a reunião da CEMA em Outubro de 2014.</p> |       | <p>Realizado em 60%</p> <p>Implementada em 80%</p> <p>Implementada 30%</p>        |

| Nº | DECISÃO Nº. | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|----|-------------|---|--|------------------|---|-------|--|
|    |             | (iv) Implementação do Plano de Acção Prioritário de Energia do PIDA | <p>foram publicados. Foram organizados cinco workshops regionais de formação em estatísticas de energia em diferentes regiões;</p> <p>Reunião Consultiva do BAD, CUA e NPCA sobre a aceleração da implementação do PIDA realizada em Tunis, Tunísia, no dia 7 de Fevereiro de 2013; Workshop da Equipa Técnica (TTT) da Iniciativa Presidencial de Promoção de Infra-estruturas (PICl) realizado de 9 a 10 de Janeiro de 2013 em Abuja, Nigéria;</p> <p>Envolver de forma eficaz o sector privado na implementação do PIDA, o WEF/Grupo de Trabalho foi criado para estabelecer parceria com UA/BAD, na facilitação da implementação do PIDA. A CUA participou na Cimeira África do WEF em Maio de 2013 na Cidade do Cabo, África do Sul</p> |                  | Implementação do programa de capacitação de CER-CUA-NPCA financiado por GIZ e BAD |       |  |

| Nº              | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS                  | RUMO A SEGUIR  | RESP.               | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|-----------------|--|---|---|-----------------------------------|--|---------------------|--|
|                 |  |   | <p>Organização do Fórum Empresarial África-UE, de 31 de Março a 1 de Abril de 2014.</p> <p>O projecto de capacitação do PIDA foi lançado em Joanesburgo, África do Sul, de 7 a 11 de Abril de 2014.</p> <p>Nas reuniões do WEF em Abuja, Maio de 2014, o grupo empresarial de WEF anunciou o interesse nos projectos de petróleo e gás.</p>                           |                                   |  |                     |  |
| 14 <sup>a</sup> | <p><b>EX.CL/Dec.749(XXII) Decisão sobre o Relatório da Conferência Conjunta da UA dos Ministros da Agricultura e dos Ministros do Comércio</b></p> | <p><b>SOLICITA</b> à Comissão, em consulta com o CRP, a submeter uma proposta sobre o financiamento da implementação da Decisão da Conferência AU/DEC.449 (XIX) sobre a Proclamação de 2014 como o Ano da Agricultura e Segurança Alimentar e comemoração do 10º Aniversário do CAADP</p> | <p>A Comissão havia submetido a proposta de orçamento ao CRP, que foi subsequentemente aprovada como parte do orçamento da CUA para 2014. Os fundos para o orçamento foram garantidos através de um acordo de parceria com a Bill &amp; Melinda Gates Foundation. Estão em curso acções para a comemoração de 2014 como Ano de Agricultura e Segurança Alimentar.</p> | <p>Não houve constrangimentos</p> | <p>A implementação irá continuar conforme foi planificado.</p> | <p>DREA/T&amp;I</p> | <p>Implementada totalmente</p>   |

| Nº              | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR  | RESP.      | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|-----------------|--|--|---|---|--|------------|--|
| 15 <sup>a</sup> | <b>EX.CL/Dec.750(XXII) Decisão sobre o Relatório da Terceira Sessão da Conferência da União Africana dos Ministros do Desenvolvimento Social</b> | <b>SOLICITA</b> à Comissão da UA a:<br>i) Facilitar a capacitação e formação para a análise e aplicação da política social nos Estados-membros para o sucesso da implementação do SPF;<br>ii) Facilitar o lançamento do Conselho Consultivo sobre o Envelhecimento para monitorizar e apoiar a implementação e acompanhamento do Quadro de Política da UA e o Plano de Acção sobre o Envelhecimento;<br>iii) Facilitar a dissolução do ARI através do apoio ao Comité dos Sete, o desenvolvimento de uma estrutura de substituição do ARI, bem como um mecanismo de transição. | i) A Comissão organizou uma sessão de formação de duas semanas para os pontos focais de planificação nos Ministérios das Finanças dos 19 Estados-membros, sobre a Política Social de Planificação para o Desenvolvimento, em colaboração com o Instituto para o Desenvolvimento Económico e Planificação das Nações Unidas (IDEP), Dakar, Senegal, de 2 a 13 de Setembro de 2013;<br>ii) A Comissão realizou um workshop de validação para finalizar o Protocolo sobre os Direitos dos Idosos, instrumento jurídico que o Conselho Consultivo de implementação irá monitorizar; Um Quadro de Monitorização e Avaliação para | i) O financiamento para a formação foi recebido tardiamente, em Julho de 2013 e a actividade foi adiada para o último semestre de 2013.<br>ii) O financiamento para as actividades relacionadas com o envelhecimento foi recebido bastante tarde (Nov. 2013);<br>iii) O financiamento para as actividades relativas à deficiência não estava disponível até 16 de Julho de 2013 e o Comité dos 7 reuniu-se no último trimestre de 2013; | i) Missões de acompanhamento para as CER sobre a implementação de SPF serão realizadas no 2º semestre de 2014.<br>ii) Está em processo de elaboração um Quadro de Monitorização e Avaliação para avaliar a implementação do Plano de Acção pelos Estados-membros<br>iii) O Comité dos 7 decidiu sobre a substituição da estrutura para ARI, que será proposta aos Órgãos Deliberativos relevantes da UA em 2014/5. | <b>DSA</b> | Implementada parcialmente, missões para as CER depois de 2014                    |

| Nº  | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|-----|---|---|--|------------------|---------------|-------|--|
|     |   |   | <p>analisar a implementação do Plano de Acção pelos Estados-membros está em processo de elaboração; O Comité dos 7 Ministros reuniu-se de 28 a 30 de Outubro de 2013 em Adis Abeba, Etiópia e deu orientação sobre o encerramento da Sede de ARI e os Escritórios Regionais, no dia 31 de Dezembro de 2013;</p>  |                  |               |       |  |
| 16* | <p><b>EX.CL/Dec.758(XXII) Decisão sobre o Relatório das Actividades da Comissão</b></p> | <p>1. <b>SOLICITA</b> à Comissão a tomar todas as medidas necessárias para a organização de um referendo para a autodeterminação do povo do Saara Ocidental, em conformidade com as pertinentes Decisões da OUA e Resoluções da ONU</p> | <p>O Comissário para os Assuntos Políticos e Sociais realizou uma missão em Tindouf de 15 a 18 de Março de 2014 e reuniu-se com S.E. o Sr. Abdelkader Taleb Omar, Primeiro-ministro da República Saharai e outras autoridades governamentais que manifestaram a necessidade urgente de auto-determinação. Foram definidas possíveis formas de prestar apoio e/ou pressionar a ONU que teve o mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas para organizar o</p> |                  |               | DPA   | Não implementada   |

| Nº              | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|-----------------|--|---|--|---|---|-------|--|
|                 |  |   | referendo.   |   |   |       |  |
|                 |  | 2. <b>CONVIDA</b> a Comissão e as CER a acelerar a criação da Força Africana em Estado de Alerta e uma Brigada Operacional que pode ser mobilizada em caso de surgimento de qualquer forma de insegurança no Continente   |  |   |   | P&S   | Não implementada   |
| 17 <sup>a</sup> | <b>EX.CL/Dec.773(XXIII) Decisão sobre o Primeiro Relatório de Actividades da Presidente da Comissão da União Africana sobre a Situação no Sara Ocidental</b> | 3. <b>SOLICITA</b> à Presidente da Comissão a prosseguir com os seus esforços, conforme foi descrito no relatório, incluindo a realização de consultas com as Partes, interacção contínua com as Nações Unidas e outros intervenientes internacionais relevantes; | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação de cartas às Partes envolvidas no conflito (Reino do Marrocos e Frente Polisário) para transmitir as decisões relevantes da UA sobre o Sara Ocidental e informar que o Alto Representante da UA para MINURSO irá estabelecer ligação com as entidades para interagir ainda mais sobre a questão do Sara Ocidental.</li> <li>- Apresentação de cartas aos países vizinhos (Argélia e Mauritânia), trazendo à sua atenção a decisão relevante da UA e informando-os sobre a</li> </ul> | Impasse na implementação das Resoluções relevantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que apela para a realização de negociações directas entre as duas partes, sem pré-condições e em boa-fé, com vista a alcançar uma solução política justa, duradoura e mutuamente aceite, que irá proporcionar a auto-determinação dos povos do Sara Ocidental. | Continuação de consultas com as partes e outros intervenientes e afectar emissários para as capitais relevantes, conforme está planificado. | P&S   | Implementada parcialmente  |

| Nº | DECISÃO Nº. | ACÇÃO NECESSÁRIA | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|----|-------------|------------------|---|------------------|---------------|-------|--|
|    |             |                  | <p>intenção da UA para destacar emissários para Argel e Nouakchott, para interagir sobre a questão.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação de cartas aos membros do P5 (China, França, Federação da Rússia, Reino Unido e Estados Unidos) e Espanha, na qualidade de antiga potência de administração, para trazer à sua atenção as decisões relevantes da UA e informá-los sobre a intenção da UA de consultá-los sobre a melhor forma através da qual a UA pode apoiar os esforços internacionais para encontrar uma solução com base na legalidade internacional</li> <li>- Apresentação de uma carta pela Presidente da Comissão ao Secretário-geral das Nações Unidas para trazer à sua atenção as decisões relevantes da UA, informá-lo sobre os passos de seguimento</li> </ul> |                  |               |       |  |



| Nº | DECISÃO Nº. | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR | RESP.             | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|----|-------------|---|---|------------------|---------------|-------------------|--|
|    |             |   | <p>tomados pela Comissão e solicitá-lo a circular a carta e outros documentos da UA junto aos Estados-membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas.</p> <p>- Seguimento contínuo da situação no terreno através do Alto Representante da UA para MINURSO.</p> <p>Emissão de um Comunicado da UA após o relatório apresentado em Abril de 2014 pelo Secretário-geral das Nações Unidas, para apelar ao Conselho de Segurança a acelerar os esforços internacionais em prol de uma solução para o conflito no Sara Ocidental.</p> |                  |               |                   |  |
|    |             | <p><b>SOLICITA AINDA</b> à Presidente da Comissão a apresentar um Relatório de Actividades abrangente sobre a situação no Sara Ocidental à próxima Sessão Ordinária do Conselho</p> |   |                  |               | <p><b>BCP</b></p> |  |

| Nº  | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|-----|--|---|--|---|---|-------|--|
|     |  | Executivo, em Janeiro de 2014;  |  |   |   |       |  |
| 18ª | <b>EX.CL/Dec. 766(XXII) Decisão sobre o Projecto de Protocolo às Emendas ao Protocolo relativo ao Estatuto do Tribunal Africano de Justiça e Direitos do Homem</b> | <p><b>SOLICITA</b> à Comissão a realizar mais uma reflexão detalhada, em colaboração com o Conselho de Paz e Segurança sobre a questão do levantamento popular em todas as suas dimensões e sobre o mecanismo adequado para decidir sobre a legitimidade do referido levantamento.</p> <p><b>SOLICITA</b> à Comissão a apresentar ao CRP um relatório sobre as implicações estruturais e financeiras decorrentes da expansão da jurisdição do Tribunal Africano de Justiça e Direitos do Homem para julgar crimes internacionais, através dos seus relevantes Subcomités.</p> | <p>Foi elaborado um relatório sobre as implicações estruturais e financeiras.</p> <p>Foram submetidos documentos ao Conselho de Paz e Segurança e ao CRP através dos seus Subcomités de Infra-estruturas e Assuntos Administrativos, Orçamentais e Financeiros. As recomendações serão submetidas à Cimeira de Junho de 2014</p> | Houve demora na análise da definição de uma mudança inconstitucional de governo pelo Conselho de Paz e Segurança que contribuiu para a não conclusão do projecto de Protocolo | O CPS e o CRP, através dos seus Subcomités de Estruturas e Assuntos Administrativos, Orçamentais e Financeiros devem analisar a definição de uma mudança inconstitucional de governo e as implicações estruturais e financeiras | OLC   | Implementa parcialmente  |
| 19ª | <b>EX.CL/Dec.767(XXIII) Decisão sobre o Orçamento para o Exercício de 2014</b>   | <p>1. <b>AUTORIZA</b> a Comissão a prosseguir com a construção da residência do Vice-presidente e a adiar a dos Comissários.</p> <p>2. <b>INCENTIVA</b> a Comissão a explorar as possibilidades de criar um Fundo de Implementação de Programas</p>   | <p>Projecto de construção e mapa de quantidades, bem como custos relacionados e aprovados pelo CRP para a realização das obras de construção.</p> <p>Não foi realizado nenhum trabalho nesta vertente, uma vez que parece ser uma duplicação de</p>  | N/A   | Concursos com a participação de empreiteiros elegíveis do continente africano lançados  | PBFA  | <p>Implementada parcialmente</p> <p>Não implementada</p>                         |

| Nº | DECISÃO Nº. | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS   | RUMO A SEGUIR  | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|----|-------------|---|--|--|--|-------|--|
|    |             | a ser capitalizado através de contribuições voluntárias dos Estados-membros, sector privado, fundações independentes, parceiros de desenvolvimento e outras fontes adequadas, incluindo uma percentagem do Fundo Geral;   | esforços sobre as Fontes Alternativas de Financiamento   |  |  |       |  |
|    |             | <b>3. INCENTIVA IGUALMENTE</b> a Comissão, em colaboração com o CRP, a engajar-se num melhor processo de orçamentação, por meio de um programa de auditoria e avaliação das necessidades de todas as estruturas da União Africana, para a atribuição adequada de recursos, bem como formas e meios de remoção da excessiva dependência ao financiamento dos programas pelos parceiros, mobilizando recursos internos. | FRR revisto inclui disposições melhoradas do processo de orçamentação e a coerência com a plena participação dos órgãos da UA. | Nível estacionário das contribuições avaliadas pelos Estados-membros e dependência excessiva em relação ao financiamento dos parceiros, tendo como resultado a vulnerabilidade em relação aos parceiros que continua a ser um significativo desafio. | Aumento das contribuições avaliadas e voluntárias pelos Estados-membros e prossecução da fonte alternativa de financiamento. |       | Implementada parcialmente  |
|    |             | <b>4. SOLICITA</b> à Comissão a realizar uma auditoria abrangente e avaliação das necessidades do pessoal de todos os Órgãos da UA e a apresentar um relatório à próxima sessão do Conselho Executivo, em Janeiro de 2014;  | Estudo realizado e apresentado ao Comité de APPROB para análise e orientação   | Aguarda-se pela resposta e orientação do Comité de APPROB  |  | AHRM  | Implementada parcialmente  |

| Nº  | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR  | RESP.   | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|-----|---|--|---|---|--|---------|--|
| 20ª | <b>EX.CL/Dec.768(XXIII) Decisão sobre o Desenvolvimento do Plano Estratégico da Comissão da União Africana 2014 -2017 e a Agenda 2063 da União Africana</b> | <p>1. <b>SOLICITA</b> à comissão a incluir as questões do terrorismo, crimes transnacionais e pirataria no local apropriado no Plano;</p> <p>2. <b>SOLICITA</b> à Comissão a apresentar o Documento Quadro para a análise pelos Órgãos Deliberativos da UA, em Janeiro de 2014 e a Agenda 2063 final para adopção, em Junho de 2014;</p> | <p>Foram incorporadas no Plano Estratégico para o período 2014-17 questões de terrorismo, crimes transnacionais e pirataria</p> <p>O projecto do Quadro foi apresentado à Cimeira em Janeiro de 2014. A Cimeira apelou para que o documento final fosse apresentado para aprovação durante a Cimeira de Junho de 2014 em Malabo. Foi preparado e será submetido à Cimeira em Junho de 2014 um Documento de Inspiração sobre a Agenda 2063</p> <p>O Documento de Inspiração beneficiou de consultas extensivas com as oito CER, bem como as contribuições da Reunião Ministerial realizada em Bahir Dar, em Janeiro de 2014.</p> |   | <p>O Plano Estratégico foi aprovado e está actualmente em uso.</p> <p>Será elaborado um Plano de Implementação dos primeiros dez anos da Agenda 2063, durante o período de Julho a Dezembro de 2014.</p> <p>Será, igualmente, elaborado um Documento Técnico da Agenda 2063 durante este período</p> | SPPMERM | <p>Implementada totalmente</p> <p>Implementada totalmente</p>                    |
| 21ª | <b>EX.CL/Dec.769(XXIII) Decisão sobre o Relatório do Subcomité de Estruturas</b>  | 1. <b>APROVA</b> a estrutura da Universidade Pan-Africana, composta por dezanove (19) cargos a ser implementada a partir de 2014.  | Foram anunciadas nove (9) vagas para o recrutamento. O processo de pré-selecção está em curso.  | O processo de recrutamento da CUA não está em conformidade com o recrutamento para instituições académicas; processos lentos na CUA | Acompanhamento do processo de recrutamento, solicitação para a aprovação rápida dos cargos   | HRST    | Implementada parcialmente, actualmente em 10%. Entretanto, logo que o            |

| Nº  | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR  | RESP.          | Nível de implementação:<br>(Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|-----|--|---|---|---|--|----------------|---|
|     |  |   | Apenas 40% dos cargos serão implementadas em 2014. Foram recebidas várias candidaturas. Um Comité de Alto Nível de Selecção Académica está em processo de criação para prestar assistência no processo de recrutamento; os TdR para o Comité de Selecção já foram elaborados. | criam constrangimentos em termos de planificação; será difícil trabalhar apenas com 40% dos cargos preenchidos na UPA | remanescentes.   |                | Comité de Selecção tiver sido criado, o processo será acelerado.                  |
|     |  | <b>2. ORIENTA AINDA</b> a Comissão a prosseguir com o recrutamento de vinte e quatro (24) agentes de segurança na categoria de GSB8 sob contrato a termo determinado, não renovável, para um período não superior a um (1) ano, enquanto se aguarda pela revisão da estrutura global da Divisão de Segurança e Protecção. | Recrutamento feito de acordo com SRR da UA e foram seleccionados 24 funcionários com contratos a termo determinado, com efeitos a partir de 8 de Fevereiro de 2014  |   |  | AHRM           | Implementada totalmente   |
| 22ª | <b>EX.CL/Dec.770(XXIII) Decisão sobre Parcerias Estratégicas de África</b> | <b>Sobre ASA:</b><br>1. <b>SOLICITA</b> à Comissão, em colaboração com UNASUR, a facilitar a tarefa do Comité <i>Ad Hoc</i> e garantir a implementação adequada da Declaração de Malabo e do Plano de Acção;<br>2. <b>SOLICITA</b> à Comissão, em   | A Comissão está em consulta com a parte da América do Sul sobre a implementação de projectos prioritários e criação de um mecanismo de financiamento da ASA.  | Dificuldades no processo de coordenação entre as duas partes.<br><br>N/A  | Melhoria do diálogo de alto nível<br><br>Análise do relatório de avaliação | BCP/<br>(PMCD) | Não implementada<br><br>Implementada totalmente                                   |

| Nº | DECISÃO Nº. | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR  | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|----|-------------|--|---|------------------|--|-------|--|
|    |             | conjunto com o Subcomité do CRP de Parcerias Multilaterais, a efectuar uma análise da parceria, com vista a avaliar o seu benefício para a parte africana.   | Está em curso uma avaliação das Parcerias Estratégicas de África, incluindo ASA e o respectivo relatório está em processo de análise.   |                  |  |       |  |
|    |             | <p><b>Parceria África - Árabe:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>SOLICITA</b> à Comissão, em colaboração com o Secretariado-geral da Liga dos Estados Árabes e o Estado do Kuwait, a determinarem a data exacta da Cimeira e a comunicarem atempadamente aos Estados-membros;</li> </ul> | A Cimeira teve lugar de 19 a 20 de Novembro de 2013 e culminou com uma (1) Declaração, oito (8) resoluções e um (1) comunicado sobre a Palestina. Os resultados foram aprovados pela Conferência da UA. A CUA, em colaboração com LAS, elaborou um Plano de Trabalho consolidado e conjunto que foi aprovado pelo Comité de Coordenação da Parceria África-Árabe. |                  |  |       | Implementada totalmente  |
|    |             | <p><b><u>Transformação do Instituto Cultural África-Árabe num Instituto África-Árabe para a Cultura e Estudos Estratégicos:</u></b></p> <p>i) <b>SOLICITA</b> à Comissão, na sequência de consultas com o CRP e, em colaboração com a Liga dos Estados Árabes, a analisar o desempenho do Instituto e</p>  | Foi realizada a revisão conjunta de desempenho do Instituto Cultural África-Árabe e o respectivo relatório foi aprovado pela 3ª Cimeira África-Árabe em Novembro de 2013. A   | N/A              | Implementação da Resolução África-Árabe sobre o Instituto Cultural África-Árabe. |       | Implementada totalmente  |

| Nº | DECISÃO Nº. | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS      | RUMO A SEGUIR  | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|----|-------------|---|--|-----------------------|--|-------|--|
|    |             | através do Conselho Executivo do Instituto, fazer recomendações sobre a sua continuidade à 3ª Cimeira África-Árabe, que será realizada no Kuwait em Novembro de 2013;   | Cimeira emitiu uma resolução que solicita à CUA e LAS a implementarem as recomendações de curto prazo referentes à revisão.  |                       | CUA e LAS foram instruídos pela Coordenação durante a sua 5ª Reunião no Kuwait a efectuarem consultas para ultrapassar os constrangimentos financeiros e administrativos do Instituto. |       |  |
|    |             | <p>ii) <b>DECIDE</b> disponibilizar imediatamente a Contribuição anual da UA de 150.000 \$EU para o Exercício de 2013. Nesse sentido, solicita-se ao Subcomité Consultivo de Questões Administrativas, Orçamentais e Financeiras a considerar a disponibilização de um orçamento adicional de 100.000 \$EU;</p> <p><b>Africa - Turquia</b></p> <p>i) <b>SOLICITA</b> à Comissão, em colaboração com o país anfitrião, a efectuar os preparativos logísticos e materiais necessários para a 2ª Cimeira África-Turquia, a ser realizada em Outubro de 2013;</p> <p>ii) <b>SOLICITA</b> à Comissão, em conjunto com o Subcomité do CRP de Parcerias Multilaterais, a efectuar uma análise da parceria com vista a avaliar o seu benefício para</p> | <p>Foi efectuado o pagamento da contribuição da UA de 150,000 \$EU para o orçamento do instituto para o ano de 2013. Não foi realizada nenhuma acção em relação à disponibilização de um orçamento adicional de 100,000 \$EU</p> <p>A 2ª Cimeira África-Turquia foi reprogramada para 2014, em Malabo, Guiné Equatorial</p> <p>Uma avaliação da Parceria Estratégica de África, incluindo África-Turquia foi realizada e o relatório está em processo de análise</p> | <p>N/A</p> <p>N/A</p> | <p>Os preparativos da Cimeira estão em curso</p> <p>Análise do relatório de avaliação</p>  |       | <p>Implementada parcialmente</p> <p>Implementada totalmente</p>                  |

| Nº | DECISÃO Nº. | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS                     | RUMO A SEGUIR  | RESP.   | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|----|-------------|--|--|--------------------------------------|--|---|--|
|    |             | a parte africana;  |  |                                      |  |   |  |
|    |             | <b>África - Índia</b><br><b>RECORDA</b> a Decisão EX.CL/Dec.730(XXII), da 22ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2013 e <b>SUBLINHA</b> a necessidade de concluir, com urgência, as consultas sobre os restantes institutos;  | As consultas entre os Estados-membros ainda estão em curso na região Oriental para escolher o local para o Instituto Têxtil África-Índia   |                                      | Índia apresentou as suas preocupações sobre as bases técnicas com o local escolhido para o Instituto de Agro-processamento África-Índia. Este deve ser analisado pela Região Norte | Exortar as regiões em causa a concluírem o processo |  |
|    |             | <b>África - Coreia</b><br><b>i) INSTA</b> a Comissão a concluir a matriz de implementação do Plano de Acção Conjunto África-Coreia;<br><b>ii) APELA</b> para a realização, o mais cedo possível, da reunião conjunta de Peritos, para apoiar a matriz de implementação;  | A CUA concluiu a matriz de implementação e submeteu-a à parte Coreana para análise<br><br>A reunião está agendada para Outubro de 2014   | N/A<br><br>Constrangimento orçamento | Está em processo de análise por ambas as partes um projecto da matriz de implementação. Estão em curso os preparativos para a reunião  |   | Implementada parcialmente  |
|    |             | <b>África - UE:</b><br><b>i) SOLICITA</b> à Comissão a analisar a transferência da Parceria África-UE para as Parcerias de África para a Divisão apropriada;<br><b>ii) EXORTA</b> à Comissão da UA, Comité de Acompanhamento do Diálogo África-UE e Subcomité do CRP de Parcerias Multilaterais a acelerar os preparativos | A transferência está em curso.<br><br>A 4ª Cimeira África-UE foi realizada de 2 a 3 de Abril de 2014 em Bruxelas, Bélgica. Antes da Cimeira, foram realizadas várias reuniões conjuntas para se chegar a um acordo sobre | Colaboração contínua                 | Deve-se desenvolver um roteiro baseado nas acções a serem levadas a cabo no âmbito da parceria África-UE, em colaboração   |   | Implementada totalmente<br><br>Implementada parcialmente                         |



| Nº | DECISÃO Nº. | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR                      | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|----|-------------|---|---|------------------|------------------------------------|-------|--|
|    |             | <p>para a 4ª Cimeira África-UE, prevista para 2 e 3 de Abril de 2014, em Bruxelas, Bélgica. <b>APELA</b> à Comissão a garantir com a UE que todos os preparativos logísticos e materiais necessários estejam concluídos dentro dos prazos e apresentar regularmente relatórios aos Estados-membros sobre o nível de preparação.</p> | <p>as principais prioridades para o futuro da parceria e analisar os documentos dos resultados da Cimeira, tais como a Principal Declaração, as Declarações sobre Migração; Agricultura; Alterações Climáticas; Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e Comércio e Indústria; o Relatório de Avaliação/Bilan e o Rumo a Seguir/Plano de Acção.</p> <p>Finalmente, a Cimeira aprovou a Principal Declaração, o Roteiro para o período 2014-2017 e a Declaração Autónoma sobre Migração e Mobilidade, conforme foi apresentado pelos Altos Funcionários.</p> |                  | <p>com todos os departamentos.</p> |       |  |

| Nº  | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|-----|---|--|---|------------------|---|-------|--|
| 23ª | <b>EX.CL/Dec.771(XXIII) Decisão sobre o Relatório do Subcomité de Contribuições, incluindo a Revisão das Contribuições Estatutárias de Alguns Estados Insulares</b> | <b>SOLICITA</b> à Comissão a contactar a República da Somália, a fim de chegar a um acordo sobre o pagamento das suas dívidas e <b>SOLICITA</b> que seja apresentado um relatório intercalar sobre a questão à próxima Sessão do Conselho Executivo;   | Não foi realizado. PBFA tenciona envolver as autoridades da Somália depois da Cimeira de Junho  |                  |   | BDCP  | Não implementada   |
| 24ª | <b>EX.CL/Dec.774(XXIII) Decisão sobre o Relatório da Comissão Relativo à Implementação da Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África (DSIGA)</b>       | 1.1. <b>SOLICITA</b> à Comissão para, em consulta com os Estados-membros, actualizar e alargar a sua base de dados de modo a apresentar de forma apropriada os Relatórios sobre a situação da implementação da DSIGA, em todos os sectores relevantes, incluindo a avaliação do papel da mulher na comunicação social; | A Comissão organizou um Workshop de Capacitação para os países que ainda não apresentaram relatórios sobre a implementação de SDGEA. Na sequência deste Workshop de Capacitação, 6 países nomeadamente: Angola, Comoros, Malawi, Moçambique, Quénia e Sudão do Sul apresentaram os seus relatórios preliminares sobre a implementação de SDGEA. No total, 49 Estados-membros apresentaram relatório sobre a implementação de SDGEA. |                  | A Comissão tenciona prestar assistência técnica aos Estados-membros através da afectação de um Perito para apoiar os 5 países que ainda não apresentaram relatório sobre SDGEA, para elaborarem os seus relatórios preliminares sobre SDGEA | WGD   | Implementada parcialmente  |
|     |   | 2. <b>SOLICITA</b> à Comissão a implementar a Decisão do   | O Convite para a Apresentação de  |                  |   |       | Implementada parcialmente  |

| Nº | DECISÃO Nº. | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|----|-------------|--|---|------------------|---|-------|--|
|    |             | <p>Conselho Executivo para garantir que a contribuição para o Fundo da Mulher Africana seja baseada nas modalidades de implementação escalonada de 1% das contribuições dos Estados-membros para o orçamento da UA de acordo com as Decisões da Conferência (Assembly/AU/Dec.277 (XVI) e do Conselho Executivo EX.CL/Dec.539 (XVI));</p> | <p>Propostas para 2013 foi novamente circulado juntos dos Estados-membros, de Janeiro de 10 a Março de 2014, em conformidade com a recomendação dos Ministros. A Comissão recebeu mais de 50 propostas de candidatura dos Estados-membros para o 2º Tema para 2014. Durante a Reunião Consultiva dos Ministros da UA, realizada no dia 14 de Março de 2014 na Missão de Observadores Permanentes da UA junto da ONU, durante a 58ª sessão emergente da ONU sobre CSW, os Ministros da UA seleccionaram por consenso o Tema Nº 5 de AWD “Ambiente e Alterações Climáticas” para o 4º Ano do Fundo para a Mulher Africana a ser alinhado com o tema da Conferência.</p> |                  |   |       |  |
|    |             | <p><b>3. SOLICITA</b> à Comissão a aumentar o seu apoio à Somália, especialmente na formação e capacitação da mulher, nos seus esforços de reconstrução, de modo a ter impacto no terreno.</p>   | <p>A Comissão, em colaboração com AMISOM, organizou um Workshop de Avaliação das Necessidades para os Membros do Parlamento Federal da Somália, do</p>  |                  | <p>A Comissão irá trabalhar em estreita ligação com a AMISOM para garantir que as mulheres participem nos</p> |       | <p>Implementada parcialmente</p>   |

| Nº  | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR  | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|-----|--|--|---|------------------|--|-------|--|
|     |  |  | <p>sexo feminino. O Workshop identificou os objectivos estratégicos para o actual parlamento, concordou sobre o plano de acção e as actividades que seriam posteriormente implementadas e priorizadas em futuras sessões. Os Membros do Parlamento da Somália do sexo feminino identificaram as prioridades que iriam seguir com a ajuda da AMISOM e a Direcção de Assuntos de Género da CUA.</p>   |                  | <p>esforços de reconstrução.</p>   |       |  |
| 25ª | <p><b>Decisão sobre o Relatório do Comité Africano de Peritos Relativo os Direitos e o Bem-Estar da Criança (ACERWC)</b></p> | <p>1. <b>SOLICITA</b> à Comissão a realizar um estudo sobre as medidas necessárias para garantir a continuidade dos membros da Comissão, incluindo a possibilidade de renovação do mandato dos membros para um novo mandato, em conformidade com a Decisão EX.CL/Dec.233 (VIII).</p> | <p>O DSA solicitou aconselhamento ao Gabinete do Conselheiro Jurídico o qual informou que a Decisão do Conselho Executivo Ex.CI/Dec 776(XXII) adoptada pela 23ª Sessão Ordinária em Maio de 2013 manifestou vontade dos Estados-membros da UA para alterar o Artigo 37.1 da Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança, a fim de "<i>garantir continuidade dos membros do Comité, incluindo a possibilidade de renovação</i></p> |                  | <p>A ACERWC incluiu este assunto no seu Relatório para a 25ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, explicando a opinião do Gabinete do Conselheiro Jurídico da UA e solicitando ao Conselho Executivo a tomar uma Decisão.</p> | DSA   | Implementada parcialmente  |

| Nº  | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR  | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|-----|--|--|--|------------------|--|-------|--|
|     |  |  | <i>do mandato dos membros para um novo mandato”, a alteração deve passar por um processo preparado por um Estado-membro e submetido ao Presidente da União Africana, em conformidade com o Artigo 48º da Carta e o processo de adopção e ratificação pelos Estados-Partes antes da sua entrada em vigor.</i>   |                  |  |       |  |
|     |  | 2. <b>SOLICITA AINDA</b> à Comissão a proceder a uma avaliação e apresentar um relatório à Cimeira de Janeiro de 2014, sobre a necessidade de financiamento e recursos humanos do Comité, de modo que seja equipado adequadamente para cumprir eficazmente com o seu mandato, tal como previsto na Carta Africana. | Foi enviado à Direcção de Administração e Recursos Humanos um memorando com a referência DSA/ACE/64/1509.13 de 15 de Outubro de 2013, consultando sobre o progresso na implementação da Decisão relativa à avaliação dos recursos financeiros e humanos necessários para o Comité. Contudo, não houve resposta e foi enviado um memorando sob a forma de lembrete com a referência DSA/ACE/64/363.14 de 12 de Março de 2014. |                  | Seguimento sobre o memorando sob a forma de lembrete |       | Implementada parcialmente  |
| 26ª | <b>EX.CL/Dec.780(XXIII) Decisão sobre a Candidatura Africana</b> | <b>SOLICITA</b> à Comissão, em colaboração com os Estados-membros, a reforçar a  |  |                  |  | DPA   | Não implementada   |

| Nº  | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS   | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação:<br>(Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|-----|---|--|--|--|---|-------|---|
|     | <b>aos Cargos no Sistema Internacional</b>  | implementação dos debates relativos à candidatura da União Africana aprovada em comum e apoia a candidatura durante o processo de selecção/eleição, em conformidade com os requisitos dos instrumentos jurídicos da UA.            |  |  |   |       |   |
| 27ª | <b>EX.CL/Dec.785(XXIV) Decisão sobre as demonstrações financeiras da UA referentes ao ano de 2012</b> | A Comissão a acelerar e concluir o estudo sobre a revisão salarial que inclui igualmente as taxas preferenciais para os Escritórios de Bruxelas e Genebra e submetê-la para análise durante a Cimeira da UA de Junho / Julho 2014; | O projecto preliminar do relatório foi submetido e está a ser analisado pelo Subcomité do CRP de Assuntos Administrativos, Orçamentais e Financeiros   | O estudo sobre a revisão salarial é um processo bastante técnico e pressupõe a elaboração de propostas mais abrangentes e realísticas                    | O relatório de actividades será apresentado à Cimeira de Junho de 2014  | PBFA  | Implementada totalmente   |
|     |   | A Comissão a envidar esforços com vista a melhorar o nível de implementação de todos os programas planificados em cada ano;  | A implementação foi melhorada a partir do Exercício Financeiro de 2013, como resultado da alteração no calendário orçamental. O novo calendário de aprovação orçamental permite mais tempo para a planificação da execução orçamental. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitorização regular e eficaz</li> <li>• Revisão do calendário</li> <li>• Capacitação melhorada em programação (AWP)</li> </ul> | Dependência excessiva sobre o financiamento dos parceiros para os Programas e financiamento selectivo das actividades pelos Parceiros de Desenvolvimento | Aumento do financiamento dos Estados-membros da UA para apoiar a apropriação africana e a implementação de programas fundamentais de integração |       | Implementada totalmente   |

| Nº  | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR   | RESP.     | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|-----|--|--|---|------------------|---|-----------|--|
|     |  |  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Aprovação pelo departamento dos indicadores acrescidos em mais de 67 por cento em termos de absorção. Mais elevado na história da CUA, com a aprovação de IPSAS</li> </ul> |                  |   |           |  |
|     |  | A Comissão a realizar um estudo sobre como o Conselho de Auditores Externos pode ser reforçado e apresentar um relatório à Cimeira da UA em Junho /Julho de 2014.  | FRR revisto mudou a composição do Conselho de Auditores Externos e requer a nomeação de Chefes de Instituições Superiores de Auditoria dos membros do Conselho.   | N/A              | Nomeação de um Novo Conselho durante a Cimeira de Junho de 2014 |           | Implementada totalmente  |
| 28ª | <b>EX.CL/Dec.786(XXIV) Decisão sobre o Relatório do Subcomité do CRP de Parcerias Multilaterais relativo às Parcerias Estratégicas de África</b> | <p><b>Parceria África – EU</b><br/>A Comissão, em colaboração com o Comité de Acompanhamento da Parceria África-UE e o Presidente do Subcomité do CRP de Parcerias Multilaterais a acelerar a acção relativa ao processo de preparação da Cimeira, incluindo a finalização dos documentos de trabalho e dos resultados.</p> <p><b>Processo África-China</b><br/>A Comissão, em colaboração com o país anfitrião, a efectuar os preparativos necessários e materiais para a 10ª Reunião dos</p> | A Cimeira teve lugar nos dias 2 e 3 de Abril de 2014 em Bruxelas  | N/A              | Implementação das decisões da Cimeira                           | BCP- PMCD | Implementada totalmente  |
|     |  |  | A preparação da 10ª Reunião de Altos Funcionários de FOCAC está em curso, a Comissão está em consulta com o   | N/A              | Preparativos em curso   |           | Implementada parcialmente  |

| Nº  | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR  | RESP.     | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada)  |
|-----|---|---|---|---|--|-----------|---|
|     |   | Altos Funcionários de FOCAC agendada para África do Sul, durante o 2º semestre de 2014  | País Anfitrião.   |   |  |           |   |
| 29ª | <b>EX.CL/Dec.791(XXIV) Decisão sobre a Sexta Reunião Anual Ordinária Conjunta da Conferência da UA dos Ministros da Economia e Finanças e a Conferência da CEA dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico</b> | A Comissão a implementar a Resolução e a Decisão no parágrafo dois (2), antes da Vigésima Reunião Anual Ordinária Conjunta da Conferência da União Africana dos Ministros da Economia e Finanças e a Conferência da Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA) dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico a ser realizada em, Abuja, Nigéria, em Março de 2014; | A Comissão convocou uma Reunião Extraordinária de Peritos relativa à Conferência da UA dos Ministros da Economia e Finanças, de 21 a 24 de Março em Abuja, Nigéria e apresentou o relatório da Reunião de Peritos à 7ª Reunião Anual Conjunta da UA/CEA realizada em Abuja, de 29 a 30 de Março de 2014.            | Nenhuma   | Resoluções das Reuniões Anuais Conjuntas a serem implementadas.  | DEA       | Implementada totalmente   |
| 30ª | <b>EX.CL/Dec.792(XXIV) Decisão sobre o Relatório da Nona Conferência dos Ministros Responsáveis pelos Recursos Pecuários</b>  | A Comissão a liderar e coordenar a formulação de uma Estratégia de Desenvolvimento da Pecuária para o Continente, que irá acelerar as reformas no sector e a plena materialização do seu potencial e apresentar relatório ao Conselho Executivo em Janeiro de 2015  | A Comissão criou um Grupo de Orientação para responsabilizar-se e dar orientação estratégica e técnica para a formulação da estratégia. O Grupo de Orientação presidido pela CUA é composto por peritos das CER, organizações Internacionais, parceiros de desenvolvimento, organizações da Sociedade Civil, Sector | A 1ª sessão do CTE sobre Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Meio Ambiente será realizada em 2015. Isto irá retardar a análise e aprovação pela Conferência Ministerial e, portanto, a submissão da estratégia par análise e aprovação pelos Órgãos da UA. Isto deve-se ao facto de a Conferência Ministerial sobre a Pecuária já não ser realizada, uma vez que | É necessário validar o projecto da estratégia através de uma reunião dos representantes dos Estados-membros (Ministros de Pecuária) e se for permitido pode ser organizada antes do fim do ano, com antecedência para apresentação da estratégia para análise pelo | DREA/IBAR | Progresso assinalável em curso; será implementada cabalmente de acordo com o calendário definido, desde que seja dada permissão para realizar uma reunião de validação dos ministros de pecuária. |



| Nº  | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA                               | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS          | RUMO A SEGUIR                          | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|-----|--|--|---|---------------------------|--|-------|--|
|     |  |  | <p>Privado e representantes das Associações de Pecuária.</p> <p>O roteiro para a formulação da estratégia proposta pela Comissão foi aprovado pelo Grupo de Orientação e os recursos necessários para o exercício foram mobilizados dos parceiros (Gates Foundation).</p> <p>As avaliações regionais, incluindo a análise regional dos sistemas de produção pecuária, os seus constrangimentos, desafios e oportunidades e a identificação de medidas relevantes para abordar as questões prioritárias estão em curso, incluindo consultas com os intervenientes a nível regional.</p> <p>O projecto da estratégia estará pronto antes do fim do ano.</p> | será substituída pelo CTE | Conselho Executivo em Janeiro de 2015. |       |  |
| 31ª | <b>EX.CL/Dec.793(XXIV) Decisão sobre o Relatório da Nona</b> | A Comissão a:<br>• Acelerar a implementação do | -Foram realizados exercícios de capacitação e planificação para   |                           |  | DSA   | Implementada parcialmente  |

| Nº  | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|-----|--|--|--|---|---|-------|--|
|     | <b>Sessão da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais</b>   | <p>Quadro de Harmonização do Sistema de Informação do Mercado Laboral da UA; e orienta que o Grupo Técnico de Trabalho sobre Emprego e Economia Informal deve ser Tripartido para incluir os parceiros sociais;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Colaborar com as CER para a harmonização das leis de trabalho e de protecção social, como parte das medidas para melhorar a migração laboral a nível regional como um factor importante no desenvolvimento sustentável</li> </ul> | <p>CEDEAO, SADC, CEA e CEEAC, que desenvolveram os seus roteiros regionais para a implementação de LMIS-HCF. De igual modo, os seus Estados-membros desenvolveram os seus roteiros nacionais. O formato das reuniões do Grupo Técnico de Trabalho em 2015 será organizado no novo formato. Não haverá orçamento alocado para LMIS em 2014.</p> <p>-A CUA juntou-se à OIT, OIM e CEA para o desenvolvimento de um Programa Conjunto sobre a Migração Laboral e Integração Regional que será submetido à Sessão Especial da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais em Windhoek, em Abril de 2014.</p> |   |   |       | Implementada parcialmente  |
| 32ª | <b>EX.CL/Dec.794(XXIV) Decisão sobre a Sexta Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pela Integração (COMAI VI)</b> | <p>A Comissão a realizar as seguintes acções:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>criar um observatório de integração e desenvolver um quadro harmonizado para</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>A CUA, em colaboração com a UNECA, começou a trabalhar na elaboração de um Índice Africano de Integração Regional (ARII) que visa avaliar a</li> </ul>  | O estudo sobre as necessidades de integração dos países sem litoral e insulares não havia sido orçamentado para 2014. | <ul style="list-style-type: none"> <li>ARII a ser elaborado até finais de 2014.</li> <li>COMAI VII terá lugar depois da Cimeira da UA, em Julho de</li> </ul> | DEA   | Implementada parcialmente  |

| Nº  | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS   | RUMO A SEGUIR  | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|-----|---|---|--|--|--|-------|--|
|     |   | <p>avaliar cientificamente a implementação do processo de integração, usando indicadores de integração e Marcos Comuns de Avaliação, baseados na Agenda 2063 de África, após a aprovação;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>organizar um fórum de integração como uma plataforma de diálogo entre os sectores público e privado sobre assuntos de integração e ajudar a promover a implementação acelerada e o processo de elaboração de políticas eficazes;</li> <li>realizar um estudo sobre as necessidades de integração e de países insulares e sem litoral, com vista a desenvolver um programa de assistência especial para acelerar a sua integração.</li> </ul> | <p>implementação da Agenda de Integração Africana usando indicadores de quantidade e Marcos Comuns. O conceito do ARII foi apresentado durante a Conferência Conjunta da UA/UNECA dos Ministros da Economia e Finanças, realizada em Março de 2014, em Abuja, Nigéria. O ARII será apresentado à Sétima Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pela Integração (COMAI VII) para aprovação.</p> |  | <p>2014 .</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O fórum de integração está agendado para o terceiro trimestre de 2014.</li> <li>O DEA irá procurar apoio dos parceiros para realizar o estudo sobre as necessidades de integração de países sem litoral e insulares.</li> </ul> |       |  |
| 33ª | <b>EX.CL/Dec.795(XXIV) Decisão sobre o Relatório da Sexta Sessão da</b> | A CUA a fazer o acompanhamento da implementação dos resultados da Sexta Sessão da Conferência   | A ACERWC incluiu este assunto no seu Relatório para a 25ª Sessão Ordinária do Conselho   | A ACERWC incluiu este assunto no seu Relatório para a 25ª Sessão Ordinária do Conselho | A ACERWC incluiu este assunto no seu Relatório para a 25ª Sessão   | DSA   | Implementada parcialmente  |

| Nº  | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação:<br>(Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|-----|---|---|--|---|---|-------|---|
|     | <b>Conferência da UA dos Ministros da Saúde e o Relatório da Quinta Reunião do Grupo de Trabalho Africano sobre a Segurança Alimentar e Nutricional</b>                   | da União Africana dos Ministros da Saúde e a Quinta Reunião de ATFFND.  | Executivo explicando a opinião do Gabinete do Conselheiro Jurídico da UA e solicitando ao Conselho Executivo a tomar uma Decisão.  | Executivo explicando a opinião do Gabinete do Conselheiro Jurídico da UA e solicitando ao Conselho Executivo a tomar uma Decisão. | Ordinária do Conselho Executivo explicando a opinião do Gabinete do Conselheiro Jurídico da UA da UA e solicitando ao Conselho Executivo a tomar uma Decisão. |       |   |
| 34ª | <b>EX.CL/Dec.799(XXIV) Decisão relativa à Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento Pós-2014, Adis Abeba, Etiópia, 30 de Setembro – 4 de Outubro de 2013</b> | A Comissão, em colaboração com o Sistema das Nações Unidas, especialmente o FNUAP, a facilitar a implementação das recomendações e a integração na Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e <b>CONVIDA</b> os membros do Comité de Alto Nível da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 a apoiarem plenamente este trabalho. | A CUA organizou uma reunião da Mesa da Comissão Africana para a População e um retiro dos Representantes Permanentes Africanos em Nova Iorque para consolidar a Posição Comum para a Conferência Mundial. Os resultados destes fóruns foram incluídos nas Resoluções da Quadragésima Sétima Sessão da Comissão sobre a População e Desenvolvimento |   |   | DSA   | Implementada totalmente   |
|     |   | A Comissão da União Africana, através da Comissão Africana para a População, em colaboração com o Sistema das Nações Unidas, especialmente o  | Implementação em curso. O DSA prestou assistência e estabeleceu parceria com os Estados-membros e o FNUAP na Comissão  |   |   |       |   |

| Nº  | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR                                      | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada)      |
|-----|---|---|--|------------------|--|-------|---|
|     |   | FNUAP, a fazer o seguimento da implementação das recomendações e apresentar relatório à Conferência.  | para a População e Desenvolvimento em Abril de 2014.   |                  |  |       |   |
| 35ª | <b>EX.CL/Dec.800(XXIV) Decisão sobre o Relatório da Quinta Sessão Especial da Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente (AMCEN)</b> | A Comissão, em colaboração com PNUA, UNECA, BAD e outros parceiros, a apoiar e facilitar a implementação das decisões da Quinta Sessão Especial da AMCEN e apresentar regularmente relatório ao Conselho Executivo. | <p>A mensagem principal, as recomendações, a declaração e a decisão da 5ª Sessão Especial da AMCEN foram usadas pelo Grupo Africano de Negociadores sobre as Alterações Climáticas (AGN) para as negociações em Março de 2014 pelo Grupo de Trabalho <i>Ad Hoc</i> sobre a Plataforma de Durban para a Acção Melhorada.</p> <p>O Secretariado da AMCEN preparou um projecto da Estratégia Comum para a Participação de África na Assembleia das Nações Unidas sobre o Ambiente (UNEA) e está actualmente a debater o assunto com as Missões Permanentes Africanas em Nairobi. O projecto será subseqüentemente apresentado e discutido com as Missões Permanentes Africanas em Adis Abeba, Genebra e</p> |                  | A Mesa da AMCEN irá realizar a sua próxima reunião | DREA  | Implementada parcialmente (80%). Função continua. A implementação requer algum tempo. |

| Nº  | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS   | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação:<br>(Implementada total, parcialmente ou não implementada)   |
|-----|--|--|---|--|---|-------|---|
|     |  |  | Nova Iorque.  |  |   |       |   |
| 36ª | <b>EX.CL/Dec.808(XXIV) Decisão sobre a Localização do Instituto Africano de Remessas (AIR)</b> | A Comissão a concluir o Acordo de Acolhimento com a República do Quênia para garantir a abertura formal do Instituto em 2014;  | O Projecto do Acordo de Acolhimento está na fase de preparação pelo Gabinete do Conselheiro Jurídico. Será enviado à República do Quênia para comentários e preparação para a negociação;   |  | O Acordo de Acolhimento será concluído pela CUA e Quênia antes da Cimeira de Junho de 2014  | DSA   | Implementada parcialmente (40% do projecto do acordo de acolhimento concluído)  |
|     |  | A Comissão, em colaboração com o Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, Organização Internacional para as Migrações, Comissão Europeia e os Parceiros de Desenvolvimento a apoiarem o Instituto | Já foram iniciados debates com a Comissão Europeia para possível financiamento para o Secretariado Provisório de AIR, a fim de continuar a realizar as actividades do projecto (tal como a base de dados dos valores das remessas “Envio de Dinheiro para África” até que AIR se torne plenamente funcional;<br><br>Já foi alcançado acordo com a Delegação junto da UA para que o financiamento de AIR seja incluído no plano do Programa Pan-Africano (PAP) |  | Depois da conclusão do Acordo de Acolhimento, outros parceiros de desenvolvimento – Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e outros serão contactados para apoiarem os programas de AIR |       | Implementada parcialmente (a articulação com os parceiros está em curso e AIR é uma das seis iniciativas do 3º Plano de Acção da UA-EU sobre a migração para 2014 – 2016) |
| 37ª | <b>EX.CL/Dec.812(XXIV) Decisão sobre a Eleição do Conselho da Universidade Pan-</b>            | A Comissão a identificar rapidamente os candidatos competentes a nível regional, em consulta com os Membros da   | Durante a sessão da COMEDAF VI, realizada em Yaoundé, em Abril de 2014, foi decidido que, com   | Até a data limite de 05 de Maio nem todos os Estados-membros haviam respondido | Deve-se enviar urgentemente lembretes aos Estados-membros   | HRST  | Implementada parcialmente em 40%  |

| Nº | DECISÃO Nº.     | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR                                   | RESP. | Nível de implementação:<br>Implementada total, parcialmente ou não implementada) |
|----|-----------------|---|---|------------------|---|-------|--|
|    | <b>Africana</b> | Mesa da COMEDAF e submeter uma lista regional de potenciais candidatos aos cargos de Presidente e Vice-presidente do Conselho da UPA para a próxima Conferência em Julho de 2014. | base na lista dos candidatos apresentados pelo Comissário dos RHST, os membros da Mesa da COMEDAF VI deve designar cada um dos candidatos da sua região.<br>Varias agências com representação no Conselho já indicaram os seus candidatos |                  | que ainda não responderam à solicitação inicial |       |  |

### B. Decisões da Conferência

| Nº | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS                                       | RUMO A SEGUIR  | RESP. | Nível de implementação (%)       |
|----|---|---|--|--|--|-------|----------------------------------|
| 1ª | <b>Assembly/AU/Dec. 452(XX) Decisão sobre a Criação do Observatório Africano da Ciência, Tecnologia e Inovação na República da Guiné Equatorial</b> | <b>SOLICITA</b> à Comissão a submeter à próxima Sessão Ordinária da Conferência em Maio de 2013, os Estatutos, a Estrutura e as implicações técnicas de AOSTI aos relevantes Órgãos Deliberativos da União Africana | Os Estatutos da OASTI foram adoptados pelos Ministros durante a Sessão da AMCOST, realizada em Abril de 2014, em Brazzaville | Constrangimentos financeiros na implementação de AOSTI | Aprovação da estrutura de AOSTI no Departamento de HRST                                | HRST  | Implementada parcialmente em 60% |
| 2ª | <b>Assembly/AU/Dec. 453(XX) Decisão sobre a Criação da Organização Pan-Africana da Propriedade</b>  | <b>SOLICITA</b> à Comissão a convocar uma reunião de todos os intervenientes que lidam com a propriedade intelectual na implementação desta Decisão até a Cimeira de Janeiro de 2014                                | Os Estatutos da OPAPII foram adoptados pelos ministros, durante a Sessão da AMCOST, realizada em                             | Concordância por parte dos principais intervenientes   | Acordo de acolhimento a ser concluído entre a CUA e Tunísia. Reunião Ministerial a ser | HRST  | Implementada parcialmente em 30% |

| Nº | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação (%) |
|----|--|--|--|------------------|---|-------|----------------------------|
|    | Intelectual (PAIPO)  |  | Abril de 2014, em Brazzaville  |                  | realizada no segundo semestre de 2014, após a aprovação dos Estatutos de PAIPO                  |       |                            |
| 3ª | <b>Assembly/AU/Dec. 454(XX) Decisão sobre a Transformação da Comissão da Autoridade da União Africana</b>                              | <b>SOLICITA</b> à Comissão, em colaboração com o Comité dos Representantes Permanentes e em conformidade com o procedimento definido, a apresentar em primeiro lugar as recomendações adequadas sobre o reforço da Comissão, tomando em conta o trabalho já realizado relativo à Autoridade, para a Sessão Ordinária da Conferência em Maio de 2013.   | O Gabinete do Conselheiro Jurídico está a realizar internamente um estudo sobre as áreas das funções da CUA que devem ser reforçadas, tomando em conta o trabalho já realizado sobre a Autoridade, bem como as prioridades da UA.  |                  | As recomendações sobre este assunto devem ser submetidas à Cimeira de Janeiro de 2015.          | OLC   | Implementada parcialmente  |
| 4ª | <b>Assembly/AAU/Dec. 455 (XX) Decisão sobre o Protocolo ao Acto Constitutivo da União Africana Relativo ao Parlamento Pan-africano</b> | <b>DECIDE</b> que consultas mais aprofundadas devem ser realizadas sobre o Projecto de Protocolo ao Acto Constitutivo da União Africana Relativo ao Parlamento Pan-africano, em particular, em relação aos seus Artigos 8.1(a) e 8.2 sobre os poderes legislativos e de supervisão<br><br><b>DECIDE AINDA</b> adiar a análise do Projecto de Protocolo ao Acto Constitutivo da União Africana Relativo ao Parlamento Pan-africano para a sua próxima sessão ordinária, em Maio de 2013 | 1. Sobre a implementação da referida decisão, a Comissão convocou uma reunião consultiva com o Parlamento Pan-africano no dia 21 de Fevereiro de 2014 em Midrand, África do Sul.<br><br>2. A segunda reunião Consultiva entre a Mesa do CRP, a Mesa do PAP e a Comissão foi realizada na África do Sul, Midrand, nos dias 3 e 4 de Maio de 2014 para analisar o Protocolo e, em particular, o Artigo 8.1 (a) e 8.2 relativo aos poderes legislativo e de supervisão”.<br><br>3. O projecto do Protocolo será submetido à reunião do Comité Técnico |                  | O Projecto do Protocolo será submetido aos Órgãos Deliberativos da UA para análise e aprovação. | OLC   | Totalmente implementada    |



| Nº | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS   | RUMO A SEGUIR   | RESP.       | Nível de implementação (%) |
|----|--|--|--|--|---|-------------|----------------------------|
|    |  |  | Especializado para Justiça e Assuntos Jurídicos a ser realizado em Adis Abeba, Etiópia, em Maio de 2014.   |  |   |             |                            |
| 5ª | <b>Assembly/AU/Dec. 456(XX) Decisão sobre a Conferência da União Africana Relativa ao Desenvolvimento e Questões de Integração</b> | 1. <b>DECIDE</b> dedicar as sessões de Junho e Julho para a análise das questões de desenvolvimento e integração.  | Em processo de implementação   |  |   | <b>OSGC</b> | Implementada parcialmente  |
|    |  | 2. <b>SOLICITA</b> à Comissão a tomar as medidas necessárias para a implementação desta decisão, com início em Julho de 2014   | Em processo de implementação   |  |   |             | Implementada parcialmente  |
| 6ª | <b>Assembly/AU/Dec. 462(XX) Decisão para Acolher o Instituto de Estatísticas da União Africana</b>                                 | 1. <b>SOLICITA</b> à Comissão, em colaboração com o Governo da Tunísia, a tomar as medidas necessárias para a criação e acolhimento do Instituto de Estatísticas da União Africana, conforme a proposta;             | A Comissão preparou o Plano Estratégico do Instituto de Estatísticas da União Africana para o período 2014-2018. Este Plano Estratégico foi analisado pela última reunião do Comité de Directores-gerais dos Gabinetes Nacionais de Estatísticas. A CUA está a preparar um Plano Estratégico para o Centro Pan-africano de Formação. | Esta actividade foi agendada para o último ano. Contudo, o Departamento não foi capaz de concluir os documentos. O Departamento necessita de recursos financeiros adicionais para concluir o trabalho. | A Comissão irá realizar a visita de trabalho na Tunísia em Maio/Junho de 2014 para finalizar o Acordo de Acolhimento com as Autoridades da Tunísia. | DEA         | Implementada parcialmente  |
|    |  | 2. <b>SOLICITA AINDA</b> à Comissão, em colaboração com o governo da Tunísia a analisar formas e meios de criar o Instituto e apresentar relatório à Cimeira de Janeiro de 2014                                      | O projecto do acordo de acolhimento está em preparação.  | A CUA irá concluir o acordo de acolhimento para o centro de formação.  |   |             | Implementada parcialmente  |
| 7ª | <b>Assembly/AU/Dec. 465(XX) Decisão sobre a Coligação Sul-Sul e Triangular em apoio ao período pós-2015 em África</b>              | 1. <b>SOLICITA</b> à 6ª Conferência Conjunta da União Africana-Comissão Económica para África dos Ministros das Finanças, Economia e Planificação, a aprofundar as reflexões sobre a operacionalização da Coligação. | A 7ª Reunião Anual Conjunta da Conferência da UA-CEA dos Ministros das Finanças, Economia e Planificação abordou mais profundamente este assunto.  |  | A proposta sobre a implementação da Decisão será submetida à Cimeira de Junho em Malabo, e se for aprovada será                                     | DEA         | Implementada parcialmente  |

| Nº | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação (%) |
|----|---|--|---|------------------|---|-------|----------------------------|
|    |   | <b>2.SOLICITA</b> à Comissão, em colaboração com CEA, PNUD, BAD e a Agência da NEPAD, União Europeia, Banco Mundial, OIF, parceiros bilaterais do Sul e do Norte e o Governo da Guiné a tomarem os passos necessários para implementar esta Decisão e apresentar relatório à Sessão da Conferência em Janeiro de 2014.   | A 7ª Reunião Anual Conjunta concordou em implementar a Decisão  |                  | implementada pelas partes envolvidas.   |       | Implementada parcialmente  |
| 8ª | <b>Assembly/AU/Dec. 474(XXI) Decisão sobre a Posição Comum Africana relativa à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015</b> | <p><b>1.SOLICITA</b> à Comissão, em consulta com as Comunidades Económicas Regionais e os parceiros relevantes, a continuarem a envolver os Estados-membros, incluindo o Comité dos Representantes Permanentes em Adis Abeba e o Grupo Africano em Nova Iorque, com vista a desenvolver uma Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, para análise durante a próxima Cimeira agendada para Janeiro de 2014.</p> <p><b>2. SOLICITA AINDA</b> à Comissão, Agência da NEPAD, UNECA, BAD, PNUD, FNUAP e as outras organizações relevantes que trabalham no domínio social a criarem um grupo técnico de trabalho, a fim de traduzir as prioridades africanas para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 em objectivos, metas e indicadores específicos para inclusão no processo dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (SDG) e a Agenda Global Pós-2015.</p> | <p>A CUA, em colaboração com os parceiros, preparou um projecto da Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, que foi aprovada pela Cimeira de Janeiro de 2014</p> <p>A CUA preparou uma estratégia de negociação e de advocacia para ajudar os Negociadores Africanos durante os processos de negociação e um roteiro para promover e influenciar o debate mundial sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 DA.</p> <p>A CUA desenvolveu um projecto de objectivos, metas e indicadores para a Posição Comum Africana.</p> |                  | <p>Lançamento oficial da CAP</p> <p>Implementar o roteiro (reunião com Genebra, Bruxelas, Washington DC, Representantes Permanentes para apresentar informação sobre a CAP.</p> <p>Organizar uma reunião de vários doadores e uma reunião do Comité de Alto Nível durante a próxima cimeira</p> <p>A CUA tenciona organizar uma reunião de peritos para analisar os objectivos, metas</p> | DEA   | Implementada parcialmente  |

| Nº              | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR  | RESP.   | Nível de implementação (%) |
|-----------------|--|--|---|---|--|---------|----------------------------|
|                 |  |  |   |   | e indicadores  |         |                            |
| 9 <sup>a</sup>  | <b>Assembly/AU/Dec. 475(XXI) Decisão sobre a Criação do Comité de Alto Nível dos Chefes de Estado e de Governo Relativo à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015</b> | <b>CONFERE MANDATO</b> à Comissão, à Agência da NEPAD, em colaboração com UNECA, BAD e PNUD e outras Organizações relevantes, para operar no sector social a fim de apoiarem as actividades do Comité de Alto Nível.   | A Posição Comum Africana foi lançada em Ndjamena em Fevereiro de 2014 pelos membros da HLC. A CUA organizou um retiro com os Embaixadores Africanos em Nova Iorque e com os principais intervenientes para apresentar informação sobre as prioridades da Posição Comum Africana e debater a forma de influenciar o processo de negociação. Os <i>Sherpas</i> membros da HLC participaram no retiro e moderaram as diferentes sessões. | Falta de recursos para organizar a reunião dos <i>sherpas</i> e da HLC e participar no processo de negociação | A CUA tenciona organizar a reunião com as missões africanas em Genebra e Bruxelas com o apoio dos <i>Sherpas</i> e HLC para apresentar um informe sobre a Posição Comum Africana. A CUA irá organizar uma reunião da HLC à margem da Cimeira de Junho, para abordar o progresso alcançado na negociação. | DEA     | Implementada parcialmente  |
| 10 <sup>a</sup> | <b>Assembly/AU/Dec. 476(XXI) Decisão sobre o Desenvolvimento do Plano Estratégico da União Africana para o período 2014-2017 e a Agenda 2063 da UA</b>           | <p>1. <b>TOMA NOTA AINDA</b> do progresso no desenvolvimento da Agenda 2063 da UA e <b>INCENTIVA</b> a Comissão da UA, o Banco Africano de Desenvolvimento e a Comissão Económica para África para continuarem a melhorar o Projecto de Documento do Quadro, através do processo de consulta envolvendo todos os segmentos da Sociedade Africana.</p> <p>2. <b>APROVA</b> a recomendação pelo Conselho Executivo que apela à Comissão a apresentar o</p> | <p>Contribuição do sector de turismo durante o Grupo Ministerial de Trabalho em Seychelles, de 13 a 14 de Março de 2014;</p> <p>A contribuição do sector de transporte foi definida na 3<sup>a</sup> Sessão da Conferência dos Ministros Africanos dos Transportes em Malabo, Guiné Equatorial, de 7 a 11 de Abril de 2014</p>  |   |  | DIE     | Totalmente implementada    |
|                 |  |  | Foi elaborado um Documento de Inspiração relativo à Agenda 2063 e será  | Calendários   |  | SPPMERM |                            |

| Nº              | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação (%)  |
|-----------------|--|---|--|---|---|-------|---|
|                 |  | Documento Quadro para análise pelos Órgãos Deliberativos da UA em Janeiro de 2014 e a Agenda Final 2063 para aprovação em Junho de 2014.  | apresentado à Cimeira em Junho de 2014. O documento foi preparado após várias consultas envolvendo todos os sectores da Sociedade Africana, incluindo todas as CER.  |   |   |       |   |
| 11 <sup>a</sup> | <b>Assembly/AU/Dec. 478.(XXI) Decisão sobre a Implementação dos Projectos de Legado da Diáspora Africana a nível mundial</b> | <p><b>1. CONFERE MANDATO</b> ao Comité Técnico de Peritos para coordenar e monitorizar a implementação de Cinco Projectos de Legado que foram adoptados durante a Cimeira Mundial da Diáspora Africana em Maio de 2012 e aprovados pela Conferência em Julho de 2012;</p> <p><b>2. CONFERE AINDA MANDATO</b> ao Comité para definir parâmetros, termos de referência, identificar agências de implementação e explorar as modalidades de financiamento para a implementação de cada um dos cinco projectos de legado.</p> <p><b>3. SOLICITA</b> à Comissão a facilitar a convocação da primeira reunião deste Comité em Junho de 2013, a fim de acelerar o cumprimento do seu mandato neste sentido;</p> <p><b>3. SOLICITA AINDA</b> ao Comité Técnico de Peritos a apresentar relatório à próxima Sessão Ordinária</p> | <p>Consulta realizada com vários intervenientes e diferentes instituições que irão servir como membros do Comité Técnico para realizar a reunião inaugural no fim de Maio de 2014.</p> <p>A consulta efectuada com vários intervenientes e com diferentes instituições irá ajudar ao Comité Técnico na realização da reunião inaugural no fim de Maio de 2014.</p> | Garantir um acordo com datas específicas durante o mês de Maio de 2014. O quadro provou ser extremamente difícil, dado o calibre do pessoal envolvido e a ampla variedade das Instituições. | Com base nas actuais consultas, estão em curso acções concretas para a 1ª reunião inaugural a ser realizada nos meados de Julho de 2014 | CIDO  | <p>Não implementada</p> <p>Não implementada</p> <p>Não implementada</p> <p>Não implementada</p> |

| Nº  | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação (%) |
|-----|---|--|--|---|---|-------|----------------------------|
|     |   | da União Africana em Janeiro de 2014.  |  |   |   |       |                            |
| 12ª | <b>Assembly/AU/Dec. 482(XXI) Decisão sobre a Jurisdição Internacional, Justiça e o Tribunal Penal Internacional (TPI)</b> | <b>SOLICITA</b> à Comissão da União Africana, em colaboração com a Comissão da União Africana para o Direito Internacional (AUCIL) a organizar uma sessão de reflexão, com a participação dos Estados-membros, todos os Órgãos relevantes da União Africana e outros intervenientes, como parte do debate sobre o 50º Aniversário em áreas amplas do Sistema Internacional de Justiça Penal, Paz, Justiça e Reconciliação, bem como o impacto/acções do TPI em África, para não só informar o processo do TPI mas também procurar formas de reforçar os mecanismos africanos para lidar com os desafios e problemas africanos; | OLC elaborou uma Nota de Conceito da Sessão de Reflexão;<br><br>- O Workshop de Validação da Nota de Conceito da Sessão de Reflexão teve lugar nos dias 7 e 8 de Dezembro de 2013;<br><br>- A Sessão de Reflexão teve lugar em Adis Abeba, Etiópia, nos dias 16 e 17 de Dezembro de 2013.<br><br>- As recomendações da Sessão de Reflexão foram submetidas aos Órgãos Deliberativos da UA em Janeiro de 2014, através do Relatório da Comissão sobre a implementação das Decisões da Conferência do TPI. |   |   | OLC   | Implementada totalmente    |
| 13ª | <b>Assembly/AU/Dec. 486(XXI) Decisão sobre Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana</b>                     | <b>SOLICITA</b> à Comissão a submeter Relatório à Conferência dos Ministros das Finanças e Planificação Económica para a sua análise urgente e proposta concreta de financiamento e as modalidades de implementação de diferentes opções propostas, incluindo a exploração acrescida das contribuições avaliadas e outras propostas adicionais pelos Estados-membros e apresentar relatório à  | O Relatório foi submetido à 7ª Reunião Anual Conjunta da Conferência da UA-CEA dos Ministros das Finanças, Economia e Planeamento e foi partilhado com o Grupo de Trabalho Ministerial para concluir as modalidades de implementação.  | O Grupo de Trabalho Ministerial que devia reunir-se à margem do Grupo Africano de Desenvolvimento entre 19 a 23 de Maio de 2014 em Kigali, Ruanda, foi adiado | O Grupo de Trabalho Ministerial irá reunir-se à margem da reunião do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento em Kigali, Ruanda, entre os dias 19 e 23 de | DEA   | Implementada parcialmente  |

| Nº | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS   | RUMO A SEGUIR  | RESP. | Nível de implementação (%) |
|----|--|--|---|--|--|-------|----------------------------|
|    |  | Conferência na sua próxima Sessão Ordinária em Janeiro de 2014;  |   |  | Maio de 2014 para concluir as modalidades de implementação antes da submissão aos Ministros das Finanças. O relatório final será submetido à Cimeira de Junho em Malabo. |       |                            |
|    | <b>Assembly/AU/Dec. 487(XXI) Sobre a criação da Fundação da União Africana</b> | <b>SAUDA</b> a proposta da criação da Fundação da UA para as contribuições voluntárias para o financiamento da União Africana;<br><b>DECIDE</b> criar a Fundação da UA para acomodar o sector privado, pessoas singulares e outras doações ou contribuições;<br><b>APELA</b> aos Estados-membros, sector privado, doadores, filantropos e pessoas singulares para contribuírem para a Fundação garantir a sua operacionalização. | Concluiu a nota de referência que explica o propósito, <i>modus operandi</i> e as prioridades do programa da Fundação da UA; a Carta da Fundação da UA registada nas Maurícias (Fevereiro de 2014); a primeira sessão do Conselho Inaugural da FUA realizado de 1 a 2 de Maio de 2014. O lançamento oficial da Fundação está agendado para a Cimeira de Janeiro de 2015, com enfoque para a angariação de fundos para as operações e o fundo de dotações; até 30% dos fundos angariados directamente para o orçamento de programas da Comissão, os restantes fundos para (i) Integração e gestão da Diversidade; (ii) Desenvolvimento de Recursos Humanos e de Competências; (iii) Desenvolvimento da Juventude e | Angariação de fundos para garantir sustentabilidade e criação de um Secretariado principal | Lançamento agendado para a campanha de Angariação de Fundos, tendo como alvo o sector privado e cidadãos africanos   | BCP   | Implementada totalmente    |

| Nº  | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS   | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação (%) |
|-----|--|--|--|--|---|-------|----------------------------|
|     |  |  | Empreendedorismo e (iv) Capacitação da Mulher.   |  |   |       |                            |
| 15ª | <b>Assembly/AU/Dec. 489(XXI) Decisão sobre a Criação da Capacidade Africana para a Resposta Imediata às Crises</b> | <p>1. <b>SOLICITA</b> ao Presidente da União Africana e à Presidente da Comissão da União Africana a efectuarem consultas adequadas para reforçar, tanto quanto possível, o apoio e a aderência à implementação desta decisão;</p> <p>2. <b>SOLICITA</b> à Comissão a definir modalidades detalhadas para a operacionalização de ACIRC e apresentar recomendações a este respeito numa reunião do Comité Técnico Especializado de Defesa, Segurança e Protecção (STCDSS) a ser realizada, o mais tardar, no último trimestre de 2013;</p> <p>3. <b>SOLICITA AINDA</b> à Presidente da Comissão a submeter um relatório sobre a implementação desta Decisão na sua próxima Sessão Ordinária, em Janeiro de 2014</p> | <p>Criação de uma Equipa de Peritos providenciada pelos Estados-membros para definir as modalidades para a criação do Centro de Operação e outros elementos relevantes para a implementação de ACIRC</p> <p>1. Disseminação da Declaração de STCDSS junto dos Estados-membros e brigadas regionais para o acompanhamento e acção, conforme for adequado.</p> <p>2. A Comissão tem enviado esforços contínuos para a convocação da 8ª STCDSS durante o terceiro trimestre de 2014.</p> <p>3. Elaboração pela Comissão de um plano de implementação para as recomendações contidas no Relatório de Avaliação da ASF,</p> | <p>Necessidade de mobilizar mais peritos dos Estados-membros para realizarem as tarefas definidas</p> <p>Necessidade de mobilizar recursos financeiros para facilitar os passos necessários para o acompanhamento</p> <p>- Necessidade de recursos financeiros adequados para a realização bem-sucedida do Exercício.</p> <p>- Constrangimentos de tempo para a realização do Exercício.</p> | <p>Aceleração dos esforços em curso em prol da criação do Centro Estratégico de Coordenação de Operações e conclusão de outros aspectos relevantes para a operacionalização do ACIRC</p> <p>- Conclusão do plano de implementação e sua inclusão no Roteiro III para ASF</p> <p>- Elaboração de estatutos e outros documentos jurídicos que regem o funcionamento da AFRIPOL e o financiamento, quando a Declaração de Argel for aprovada pelos</p> | P&S   | Implementada parcialmente  |

| Nº | DECISÃO Nº. | ACÇÃO NECESSÁRIA | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR  | RESP. | Nível de implementação (%) |
|----|-------------|------------------|---|------------------|--|-------|----------------------------|
|    |             |                  | <p>conforme aprovado pela 7ª STCDSS, e a Conferência da União;</p> <p>4. Acompanhamento das disposições da Declaração de STCDSS relativa à convocação de uma reunião dos Chefes da Polícia. A reunião teve lugar em Argel, nos dias 10 e 11 de Fevereiro de 2014, e aprovou uma Declaração sobre a criação do Mecanismo Africano para a Cooperação Policial – AFRIPOL. Foi submetido um relatório separado ao Conselho Executivo a este respeito;</p> <p>5. Continuação da preparação para a realização do Exercício designado por Amani Africa II, incluindo o uso deste Exercício para testar a prontidão da ASF e a sua Rápida Capacidade de Afectação (RDC). Isto incluiu consultas regulares com a</p> |                  | <p>Órgãos Deliberativos</p> <p>- Continuação e aceleração da preparação para o Exercício AMANI Africa II</p> |       |                            |



| Nº              | DECISÃO Nº.                        | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS                  | RUMO A SEGUIR | RESP. | Nível de implementação (%) |
|-----------------|------------------------------------|--|---|-----------------------------------|---------------|-------|----------------------------|
|                 |                                    |  | <p>SADC no Lesoto, na qualidade de país anfitrião;</p> <p>6. Realização de uma Missão de Avaliação no Terreno, no Lesoto, em Fevereiro de 2014, a fim de avaliar as instalações, o local da formação e o local para a realização do Exercício Amani Africa II.</p> <p>7. Realização da reunião entre o Comissário da UA para a Paz e Segurança e o Primeiro-ministro do Lesoto, em Fevereiro de 2014, para um intercâmbio sobre o Exercício Amani Africa II e as formas e meios de garantia do sucesso deste Exercício;</p> <p>Início de contactos com Zâmbia relativos à convocação da Reunião dos Ministros dos Estados-membros civis relevantes em 2014.</p> |                                   |               |       |                            |
| 16 <sup>a</sup> | Assembly/AU/Dec. 491(XXII) Decisão | A Presidente da Comissão a submeter um relatório detalhado | O DPS concluiu o Roteiro III da ASF actualizado que irá   | Disponibilização de recursos para | Esforços      | Paz e | Implementad                |

| Nº  | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR  | RESP.     | Nível de implementação (%)      |
|-----|--|--|---|---|--|-----------|---------------------------------|
|     | <b>sobre o Relatório da 7ª Reunião Ordinária do Comité Técnico Especializado de Defesa, Segurança e Protecção em África</b>                      | sobre a implementação desta Declaração na próxima Sessão Ordinária em Junho de 2014.   | reflectir uma integração das recomendações do Relatório de Avaliação da ASF, o Relatório de Análise das Necessidades de Formação da ASF e o Roteiro da ACIRC.   | implementar as recomendações. O prazo de implementação é bastante curto para algumas das actividades. | contínuos para acelerar a implementação através da disponibilização dos recursos necessários.  | Segurança | a parcialmente                  |
| 17ª | <b>Assembly/AU/Dec. 492(XXII) Decisão sobre a Melhoria da Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação em África</b> | A criação de um Grupo de Trabalho Africano sobre a Desertificação e Gestão Sustentável da Terra, a ser convocado pela Comissão;                    | Foram elaborados os Termos de Referência sobre a composição do Grupo de Trabalho, as responsabilidades dos membros do grupo e as modalidades para a convocação da reunião do Grupo de Trabalho. Vários membros fundamentais do Grupo de Trabalho foram informados informalmente.  | Constrangimentos orçamentais para a convocação da primeira reunião do Grupo de Trabalho               | Reprogramar a convocação da primeira reunião do Grupo de Trabalho à margem da Segunda Semana de Terras Secas de África, em Agosto ou Setembro de 2014  | DREA      | Implementada parcialmente (20%) |
|     |  | A Comissão a rever o Mecanismo Africano de Coordenação existente, a fim de fortalecê-lo e melhorar o envolvimento de África nos processos de CNUCD | Foram iniciadas consultas com a Coordenação Regional da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação localizada em Tunis, que tem servido como principal centro de coordenação para os Negociadores Africanos criarem um Mecanismo Africano de Coordenação sob os auspícios da CUA. Foi desenvolvido o projecto do Mecanismo de Coordenação. |   | Realizar consultas mais aprofundadas com os parceiros e os Negociadores Africanos sobre o projecto de Mecanismo de Coordenação antes da sua conclusão. |           | Implementado parcialmente (50%) |

| Nº  | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação (%)      |
|-----|---|---|---|------------------|---|-------|---------------------------------|
|     |   | A Comissão deve racionalizar e fortalecer as suas unidades especializadas, em particular o Desenvolvimento e a Pesquisa de Cereais Alimentares Semi-Áridos (SAFGRAD) e a Unidade de Alterações Climáticas e Desertificação (CCDU) para uma provisão eficaz e rigorosa da plataforma necessária para orientação, partilha de experiência e coordenação dos Centros Africanos de Excelência sobre Desertificação. | Uma Nota de Conceito sobre a racionalização e fortalecimento de CCDU e SAFGRAD está em processo de elaboração. A Nota de Conceito faz a revisão dos mandatos e apresenta o complemento de pessoal das duas entidades e as propostas para o seu fortalecimento.<br><br>Em curso consultas entre SAFGRAD e a Divisão de Gestão Ambiental, Alterações Climáticas, Água e Saneamento. |                  | Elaboração de uma Proposta para a análise pelos órgãos deliberativos relevantes da UA | DREA  | Implementada parcialmente (40%) |
| 18ª | <b>Assembly/AU/Dec. 493(XXII) Decisão sobre o Relatório de Actividades da Comissão relativo à Implementação das Decisões sobre o Tribunal Penal Internacional</b> | Prorrogar a jurisdição do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos para julgar crimes internacionais no Continente e <b>SOLICITA</b> à Comissão, em colaboração com todos os intervenientes, a acelerar o processo com vista a apresentar relatório à Conferência em Junho de 2014  | Vide decisão EX.CL766(XXII) acima.  |                  |   | OLC   | Implementada parcialmente       |
| 19ª | <b>Assembly/AU/Dec. 494(XXII) Decisão sobre o Progresso relativo à Saúde Materna, Neonatal e Infantil</b>   | A Comissão, em colaboração com o Sistema das Nações Unidas e outros Parceiros de Desenvolvimento, a facilitar a implementação das recomendações e o Plano de Acção;   | As Agências das Nações Unidas e outros parceiros comprometeram-se a implementar as acções identificadas que estão relacionadas com os seus mandatos e actualmente estão a concretizar planos de actividades para serem implementados em 2014 sob a orientação do Plano de Acção. As Agências das Nações Unidas e os parceiros irão partilhar os seus planos                       |                  |   | DSA   | Implementada parcialmente (30%) |

| Nº  | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR  | RESP.  | Nível de implementação (%)  |
|-----|--|---|---|---|--|--|---|
|     |  |   | para a implementação do Plano de Acção quando estes tiverem sido concluídos. A CUA irá, posteriormente, monitorizar a implementação do Plano de Acção com base nestes planos.   |   |  |  |   |
|     |  | A Comissão a incluir o relatório sobre a implementação do Plano de Acção no seu Relatório Anual sobre Saúde Materna, Neonatal e Infantil em África.   | O relatório sobre a implementação do Plano de Acção será incorporado no Relatório sobre a Situação de Saúde Materna, Neonatal e Infantil em 2015.   |   |  |  | Implementada parcialmente (a preparação do Relatório de 2015 está em curso) |
| 20ª | <b>Assembly/AU/Dec. 496(XXII) Decisão sobre a Adopção e Implementação da Estratégia Marítima Integrada de África para 2050 (2050 AIM Strategy)</b> | A Comissão a facilitar a criação do Grupo de Trabalho Especial e Estratégico para preparar os detalhes técnicos visando a implementação atempada da Zona Marítima Exclusiva Combinada da Estratégia AIM 2050, em conformidade com as Convenções Marítimas e Leis Internacionais | A Comissão tenciona criar este Grupo de Trabalho Especial no terceiro e quarto trimestres de 2014. Passos iniciais irão criar e desenvolver os Termos de Referência do Grupo de Trabalho. Além disso, deve-se identificar e convidar Parceiros Internacionais tais como a Divisão de Assuntos do Oceano das Nações Unidas e o Direito do Mar (DOALOS) e a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. | Sem alocações orçamentais para esta actividade quando a Decisão foi aprovada. | <b>APROVAR</b> o Relatório sobre a avaliação das implicações estruturais e financeiras da Estratégia.<br><b>APROVAR</b> a proposta da Estrutura Organizacional para o Departamento de Assuntos Marítimos da UA (DMA).<br><b>APROVAR</b> as estimativas orçamentais para o 2º semestre de 2014 para o | OLC em colaboração com os departamentos relevantes | Implementada parcialmente   |

| Nº | DECISÃO Nº. | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR   | RESP.   | Nível de implementação (%) |
|----|-------------|---|---|---|---|---|----------------------------|
|    |             |   |   |   | DMA, na ordem de 2,927,135 \$EU (Dois Milhões, Novecentos e Vinte e Sete Mil, Cento e Trinta e Cinco Dólares Americanos) e 4,646,367 \$EU (Quatro Milhões, Seiscentos e Quarenta e Seis Mil, Trezentos e Sessenta e Sete) Dólares Americanos para o exercício financeiro de 2015. |   |                            |
|    |             | O Presidente da União Africana e a Presidente da Comissão da União Africana a efectuarem consultas com as Comunidades Económicas Regionais / Mecanismos para incentivar a adesão e obter o maior apoio possível para a implementação da Estratégia de AIM para 2050 | Não foram realizadas consultas formais até à data. Contudo, importa salientar a iniciativa de algumas CER/RMs para a Comissão, nomeadamente as sessões de trabalho na Sede da CUA, com as delegações da Força de Reserva da África Oriental e IGAD.<br>A CUA participa igualmente no processo de Yaoundé, com 25 Estados-membros e tenciona criar uma cooperação ainda melhor com a participação, por | Sem alocações orçamentais para esta actividade quando a Decisão foi aprovada. | <b>APROVAR</b> o Relatório de avaliação das implicações estruturais e financeiras da Estratégia.<br><br><b>APROVAR</b> a proposta da Estrutura Organizacional para o Departamento de Assuntos Marítimos da  | OLC em colaboração com os departamentos os relevantes |                            |

| Nº | DECISÃO Nº. | ACÇÃO NECESSÁRIA   | ACÇÃO REALIZADA   | CONSTRANGIMENTOS   | RUMO A SEGUIR  | RESP.  | Nível de implementação (%) |
|----|-------------|--|---|--|--|--|----------------------------|
|    |             |  | <p>exemplo, de IGAD, COMESA, SADC, Organização Marítima para a África Central e Ocidental (MOWCA) com vista a criar sinergias entre as CER/RM que poderia ser feita através de projectos tais como o Programa Regional para a promoção da Segurança Marítima na África Oriental e Austral e o Oceano Índico (MASE).<br/>Tomou nota ainda da Estratégia Marítima recentemente adoptada da CEDEAO [29 de Março de 2014], que está em linha com a Estratégia de AIM de 2050.</p> |  | <p>Comissão da UA (DMA).<br/><b>APROVAR</b> as estimativas orçamentais para o 2º semestre de 2014 para o DMA, na ordem de 2,927,135 \$EU (dois milhões, Novecentos e Vinte e Sete Mil e Cento e Trinta e Cinco Dólares Americanos) e 4,646,367 \$EU (quatro milhões, seiscentos e Quarenta e Seis Mil e Trezentos e Sessenta e Sete) Dólares Americanos para o exercício financeiro de 2015.</p> |  |                            |
|    |             | <p>A Comissão, no âmbito da implementação, a realizar uma avaliação das implicações estruturais e financeiras da Estratégia e apresentar relatório à próxima sessão da Conferência em Junho de 2014;</p> | <p>A Presidente da Comissão da União Africana nomeou um Grupo de Trabalho para supervisionar a implementação da decisão e trabalhar sobre as implicações estruturais e financeiras. O Conselheiro</p>   | <p>Sem alocações orçamentais para esta actividade quando a Decisão foi aprovada.</p> | <p><b>APROVAR</b> o Relatório de avaliação das implicações estruturais e financeiras da</p>  | <p>OLC em colaboração com os departamentos os relevantes</p> |                            |

| Nº | DECISÃO Nº. | ACÇÃO NECESSÁRIA | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação (%) |
|----|-------------|------------------|--|------------------|---|-------|----------------------------|
|    |             |                  | <p>Jurídico foi nomeado para o cargo de Coordenador da Comissão.</p> <p>A Comissão da União Africana elaborou uma proposta da Estrutura Organizacional e o orçamento inicial para o 2º semestre de 2014 e o Exercício Financeiro de 2015.</p> <p>De acordo a Decisão que aprova a Estratégia AIM 2050 e a Declaração de Adis Abeba da Estratégia AIM 2050 que aprovou a proposta de criar, dentro da Comissão da UA, um Departamento de Assuntos Marítimos (DMA) com plenos direitos para abordar de forma abrangente as vias navegáveis interiores, desafios e oportunidades geoestratégicos dos oceanos e mares transversais e multifacetados, deve-se observar que a proposta da estrutura organizacional pressupõe 28 cargos e serão necessários 28 funcionários. Esta abordagem é consistente com a gestão da Estratégia AIM 2050 a nível continental. Tal como o nome sugere, é de facto uma Estratégia Integrada de África e por esta razão (a sua natureza transversal e abrangente e a abordagem marítima integrada), a sua</p> |                  | <p>Estratégia.</p> <p><b>APROVAR</b> a proposta da Estrutura Organizacional para o Departamento de Assuntos Marítimos da Comissão da UA (DMA).</p> <p><b>APROVAR</b> as estimativas orçamentais para o 2º semestre de 2014 para o DMA, na ordem de 2,927,135 \$EU (Dois milhões, Novecentos e Vinte e Sete Mil, Cento e Trinta e Cinco Dólares Americanos) e 4,646,367 \$EU (Quatro milhões, Seiscentos e Quarenta e Seis Mil, Trezentos e Sessenta e Sete) Dólares Americanos para o exercício financeiro de</p> |       |                            |

| Nº  | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR                            | RESP. | Nível de implementação (%) |
|-----|---|---|--|------------------|--|-------|----------------------------|
|     |   |   | <p>implementação deve cumprir com o requisito básico de coordenação em reacção às acções a serem levadas a cabo e a procura de soluções.</p> <p>O orçamento estimado para o início é de 3 milhões de \$EU para o 2º semestre de 2014 e cerca de 4,6 milhões de \$EU para 2015 para as acções previstas conforme está contido no plano de acção, incluindo o pessoal.</p> |                  | 2015.                                    |       |                            |
| 21ª | <b>Assembly/AU/Dec. 497(XXII) Decisão sobre a Sustentabilidade da Rede Electrónica Pan-africana</b> | <p>A Comissão a envidar todos os esforços para garantir a continuidade da operação da rede (PAeN) depois do término da assistência da Índia, em colaboração com o país anfitrião da Rede da Estação (Senegal), Índia e os países participantes da rede;</p> | <p>Negociado com Índia para a prorrogação da sua assistência em curso para um período de 2 anos, a partir de 14 de Julho de 2014.</p> <p>A CUA irá aproveitar esta oportunidade para desenvolver e implementar a estratégia para a sustentabilidade dos serviços da rede, conforme a solicitação da Cimeira da UA em Janeiro de 2014</p>                                 | Sem orçamento    |  | DIE   | Não implementada           |
|     |   | <p>A Comissão a preparar e submeter aos Estados-membros, durante a Sessão de Janeiro da Conferência de 2015, um plano de acção para a sustentabilidade dos serviços da rede.</p>  | <p>Foi elaborado e submetido à direcção da CUA um Plano de Acção para 2014, incluindo o desenvolvimento do plano solicitado para garantir a sustentabilidade dos serviços da rede, para efeitos de alocação orçamental uma vez que o actual orçamento de 2014 não inclui qualquer recurso</p>  | Sem orçamento    | Preparação de uma solicitação para o CRP | DIE   | Não implementada           |



| Nº  | DECISÃO Nº.   | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS   | RUMO A SEGUIR   | RESP. | Nível de implementação (%) |
|-----|---|---|--|--|---|-------|----------------------------|
|     |   |   | para PAeN.   |  |   |       |                            |
| 22ª | <b>Assembly/AU/Dec. 502(XXII) Decisão sobre o Décimo Terceiro Relatório do Comité dos Dez Relativo à Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas</b> | A Comissão a organizar um Retiro Ministerial sobre a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.  | A Comissão planificou a realização do Retiro durante o segundo semestre de 2014  |  |   | DPA   | Parcialmente Implementada  |
| 23ª | <b>Assembly/AU/Dec. 503(XXII) Decisão sobre a Posição Comum Africana relativa à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015</b>                                      | A Comissão a mobilizar fundos no âmbito do orçamento anual de 2014, para financiar a implementação das actividades relacionadas com a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.   | A Comissão preparou um programa de actividades para o trabalho da HLC e o processo de negociação. Estão em curso consultas com a UE e DFID sobre o financiamento das actividades.  |  | Continuar com as negociações com os parceiros   | DEA   | Parcialmente Implementada  |
| 24ª | <b>Assembly/AU/Dec. 505 (XXII) Decisão sobre o Comité Africano de Alto Nível para o Comércio Doc. Assembly/AU/10(XI)</b>                                    | <b>CONFERE MANDATO</b> aos Ministros de Comércio para realizar uma sessão extraordinária a fim de analisar e adoptar um plano de trabalho, negociar as modalidades e os princípios para o lançamento eficaz das negociações da ZCLC em 2015, bem como analisar os relatórios sobre a resposta de África e as implicações do Acordo de Bali e os Estudos de Avaliação de África sobre AGOA, a serem apresentados através do Comité de Alto Nível para o Comércio, durante a próxima Cimeira em Junho de 2014;<br><br><b>APELA</b> a inclusão de Acordos de Parceria Económica na Agenda da Cimeira Conjunta África-UE em Abril de 2014, para garantir que o Diálogo de Alto Nível supere o actual impasse sobre APE. Além disso, | O Grupo de Trabalho Continental sobre a ZCLC reuniu-se de 7 a 8 de Abril de 2014 para preparar a Reunião Ministerial. Os Ministros reuniram-se numa sessão extraordinária de 27 a 28 de Abril de 2014, precedida da Reunião de Altos Funcionários de 23 a 26 de Abril para analisar o plano de trabalho, negociar as modalidades e os princípios para o lançamento eficaz das negociações da ZCLC em 2015. Os Ministros analisaram igualmente os relatórios sobre as implicações do Acordo de Bali e um estudo de avaliação sobre AGOA. O relatório será enviado à | Tempo limitado e falta de recursos orçamentados para a reunião Ministerial foram superados devido ao patrocínio da reunião pelo PNUD | A fase preparatória para o lançamento da ZCLC em Junho/Julho de 2015 requer recursos financeiros e compromisso de todos os intervenientes.<br><br>O Fórum da AGOA está em fase de preparação e será acolhido pelos EUA em | DTI   | Parcialmente Implementada  |

| Nº  | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS  | RUMO A SEGUIR  | RESP.   | Nível de implementação (%) |
|-----|--|---|--|---|--|---------|----------------------------|
|     |  | <b>ORIENTA</b> o CRP a reunir-se e debater os APE antes da Cimeira UE-África e apresentar o respectivo relatório aos Ministros. | reunião de HATC no dia 24 de Junho em Malabo e o seu relatório será apresentado para análise pela Conferência<br><br>A questão dos APE foi extensivamente abordada durante a 4ª Cimeira África-UE e foi incluído um parágrafo substantivo na Declaração final<br><br>O CRP reuniu-se antes da 4ª Cimeira África-UE e debateu extensivamente a questão. |   | Agosto de 2014<br><br>Os esforços de advocacia sobre os APE estão em curso<br><br>O trabalho técnico e de formulação de uma posição de consenso sobre a resposta de África ao Acordo de Bali e o programa de trabalho posterior a Bali estão em curso. |         |                            |
| 25ª | <b>Assembly/AU/Dec. 506(XXII) Decisão sobre a Conferência Bial Conjunta UA/OMS dos Ministros da Saúde da União Africana</b>    | A Comissão a definir as modalidades para a realização da Conferência Bial dos Ministros Africanos da Saúde                      | A Reunião Conjunta UA/OMS dos Ministros da Saúde será realizada em Luanda, Angola, de 14 – 17 de Abril de 2014   | Os recursos financeiros para acolher a reunião ainda não haviam sido incluídos no orçamento da CUA para o ano de 2014 |  | DSA     | Totalmente implementada    |
| 26ª | <b>Assembly/AU/Dec. 499(XXII) Decisão sobre a Criação de um Centro Africano para o Controlo e Prevenção de Doenças (ACDCP)</b> | A CUA foi solicitada a definir as implicações financeiras e jurídicas da criação do referido centro.                            | A CUA elaborou um documento sobre a sua posição na criação de ACDCP  | É necessário mais consenso, tomando em conta o enorme interesse dos intervenientes                                    | O documento será apresentado antes da reunião ministerial em Abril   | DSA     | Implementada parcialmente  |
| 27ª | <b>Assembly/AU/Dec. 511(XXII) Decisão</b>  | A Comissão a prosseguir com os seus esforços de alistar as  | A Comissão efectuou consultas extensivas com   | Recursos Financeiros  | O envolvimento com outros  | SPPMERM | Totalmente                 |

| Nº | DECISÃO Nº.  | ACÇÃO NECESSÁRIA  | ACÇÃO REALIZADA  | CONSTRANGIMENTOS | RUMO A SEGUIR          | RESP. | Nível de implementação (%) |
|----|--|---|--|------------------|------------------------|-------|----------------------------|
|    | <b>sobre o Relatório de Actividades da Comissão relativo ao Desenvolvimento da Agenda 2063 da União Africana</b> | contribuições de todos os cidadãos africanos e da diáspora e <b>ENVOLVER</b> os Estados-membros a apresentar as suas contribuições por escrito antes do fim de Abril de 2014, a fim de permitir à Conferência adoptar a Agenda 2063 na sua próxima sessão em Junho de 2014. | vários segmentos da Sociedade Africana, tais como: sector privado; académicos; sociedade civil; peritos na área de planificação; diáspora; juventude; mulheres; CER; NEPAD; Parlamento Pan-africano e os Órgãos da UA. Foram efectuadas consultas electrónicas através do <i>website</i> sobre a Agenda 2063.<br><br>Foram, igualmente, usados vários fóruns e reuniões organizadas pela Comissão para disseminar a Agenda.<br><br>Foi, igualmente, elaborada uma Estratégia de Comunicação para informar aos povos africanos sobre a Agenda.<br><br>Em relação aos comentários dos Estados-membros, até à data, apenas Zimbabwe submeteu os seus comentários. | Oportunidade     | sectores irá continuar |       | implementa                 |

**AFRICAN UNION UNION AFRICAINE**

**African Union Common Repository**

**<http://archives.au.int>**

---

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

---

2014

# Report of the commission on the implementation of previous decisions of the executive council and the assembly

African Union

African Union

---

<http://archives.au.int/handle/123456789/4552>

*Downloaded from African Union Common Repository*